

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGI
GVces

NÚMERO 49
FEVEREIRO 2011
R\$ 15,00

Líquens avermelhados indicam a boa qualidade do ar. Foto tirada em reserva da Mata Atlântica, na Grande São Paulo



Indicadores

Nem as mais prestigiadas medidas de sustentabilidade empresarial atingiram plenamente o alvo: traduzir o intangível, promover a transparência e guiar investimentos

Miriam Morata Novaes se inspirou no Práticas e quer colocar de pé casas populares que reaproveitam a água da chuva.

EM 5 MINUTOS, DÁ PRA ACHAR UM JEITO DE POUPAR DINHEIRO E MILHÕES DE ANOS DE RECURSOS NATURAIS. VAMOS FAZER JUNTOS?

Em 10 anos vivendo sustentabilidade, a gente aprendeu muita coisa. Você só vai precisar de alguns minutos.

O **Espaço de Práticas em Sustentabilidade** do Santander existe para todas as pessoas e empresas que querem encurtar o caminho até um amanhã melhor. É um espaço sempre em construção, com vídeos, cursos, blogs, notícias e ideias para toda a sociedade viver de forma mais sustentável e inteligente. Ideias como a pensada pela Miriam, que vai adotar práticas de sustentabilidade em condomínios de casas populares: reutilizando a água da chuva, a manutenção das casas vai custar menos em dinheiro e em recursos naturais.

Acesse santander.com.br/sustentabilidade e vem junto.

 **Santander**

VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR

www.santander.com.br

Espelho nosso

Enganar a si mesmo sem perceber é tão fácil quanto é difícil enganar os outros sem que eles percebam – o pensamento é do escritor francês do século XVII François de La Rochefoucauld (compilado por Eduardo Giannetti em *O Livro das Citações*).

Por definição, métricas, índices, referências e indicadores podem nos salvar do autoengano, assim como um espelho é implacável em nos mostrar exatamente como somos, sem escolher qualidades nem esconder defeitos.

Em um passo além, os indicadores também são capazes de refletir nossa imagem para todo e qualquer público, com a máxima transparência. Assim, aquela informação usada em um processo íntimo de autoconhecimento e gestão passa a servir como parâmetro para a coletividade, estimulando trocas e intercâmbios. Um mecanismo que se alinha perfeitamente com aquilo que a sustentabilidade prevê: compartilhamento, participação, cooperação, abertura.

Mas não: os indicadores de sustentabilidade usados no meio empresarial ainda não atingiram o pleno desenvolvimento de que têm potencial. Como mostra a reportagem de capa desta edição, há muito a percorrer em termos de *disclosure*, comunicação, aceitação na sociedade e capacidade de materializar valores intangíveis. A parte cheia do copo é que existe uma série de aprimoramentos possíveis e gente envolvida nesse grande desafio.

PÁGINA22 faz essa provocação ao mesmo tempo em que lança uma pesquisa para obter uma avaliação de si mesma e conhecer melhor o perfil da comunidade leitora (*mais informações à pág. 6*). O objetivo é usar esses dados para aprimorar o nosso trabalho, e fazer com que isso reverta para a sociedade. Ao responder à pesquisa, você nos auxilia a cumprir a missão para a qual a revista existe: contribuir para o bem-estar destas e das próximas gerações, por meio de um jornalismo engajado e cidadão.

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em
Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni

COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle

REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Design

Marcus Marques (edição), Dora Dias e Luis Mourão (design)

www.vendoeditorial.com.br

ILUSTRAÇÕES Sirio Braz

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

ENSAIO FOTOGRÁFICO Edson Luciano

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Eduardo Shor,

Eli Ridolfi, Eloisa Beling Loose, Fábio Rodrigues, Flavia Pardini,

Gisele Neuls, Gustavo Faleiros, José Alberto Gonçalves,

Raul Raichtaler, Regina Scharf, Roberta Simonetti

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE

COORDENAÇÃO Jorge Saad

(11) 3807-7084 / (11) 8381 2903 / jorge@aiue.com.br

EXECUTIVO Tupinã Assessoria de Comunicação Ltda

Júnior Tupinã (11) 2597-0090 / 2597-0091 / (11) 8202-4825

junior@tupina.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP

(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br

www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aron Belinky, Cynthia Rosenburg, José Carlos Barbieri,

José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,

Ricardo Guimarães, Roberto Waack

CONCEITO DE COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO

Denise Chaer, Fernanda H. Figueiredo, Jorge Saad

Aiuê: conteúdo relevante (conexao@aiue.com.br)

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

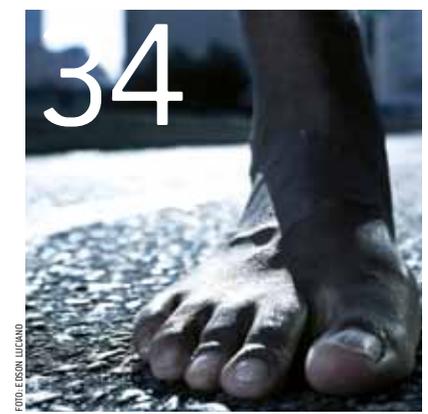
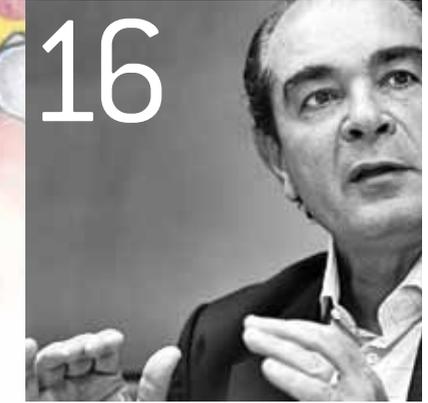
creative commons PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

CPA: Foto Galápagos



Notas	7
Clima & economia	14
Entrevista	16
Indicadores	22
Artigo	30
Coluna	32
Crônica	33
Retrato	34
Radar	40
Agendão	42
Última	50

22



16 A Vivo, presidida por Roberto Lima, joga a favor da sustentabilidade. Mas saber que o processo é continuamente feito de dilemas faz parte da compreensão do tema

22 Medir sustentabilidade requer mais transparência, comunicação e precisão. A conversa de técnicos pode ser de todos

34 Reduto das catástrofes, a ficção científica também resgata a esperança no futuro

42 PÁGINA22 oferece uma prévia de assuntos socioambientais que devem "bombar" neste ano. E chama atenção para debates esquecidos, mas importantes

Carta ao leitor

COMUNICADO



Caro leitor,

Com o objetivo de disseminar e democratizar o conhecimento por uma sociedade melhor, PAGINA22 oferece conteúdo livre por meio desta revista impressa e da plataforma digital www.fgv.br/ces/pagina22.

Você pode colaborar com o projeto de PAGINA22 de uma maneira muito simples: confirme os seus dados em nosso cadastro e responda a uma breve pesquisa de opinião (até o dia 31 de março de 2011).

A confirmação dos dados é importante para que você continue recebendo a revista impressa no endereço desejado. E a resposta à pesquisa é uma forma de a gente conhecer melhor a nossa comunidade leitora e sua opinião sobre o trabalho que fazemos.

Participe! São apenas alguns minutos. Basta acessar o link bit.ly/pesquisap22.

Muito obrigado!



Notas



[ENERGIA I] O Sputnik americano

“O país que descobrir como gerar energia limpa e barata será a nação economicamente mais poderosa do planeta no futuro”, disse **Barack Obama** em seu primeiro pronunciamento do ano, o tradicional State of the Union, no Congresso Americano.

A referência ao momento Sputnik, quando o lançamento do primeiro satélite espacial pelos soviéticos levou os Estados Unidos a fundar a Nasa, faz alusão a uma nova corrida tecnológica, cujo principal competidor seria a China. A boa notícia é que um eventual *turning point* por parte das duas superpotências em direção ao baixo carbono poderia ter um efeito cascata sobre o mundo todo.

O plano de alcançar 80% de energia limpa até 2035, no entanto, foi recebido com ceticismo por analistas nos Estados Unidos. Bryan Walsh, da revista *Time*, lembrou que a meta diz respeito apenas à

eletricidade e não à imensa pegada de carbono nos transportes. Além disso, Obama está disposto a colocar no balaio da “energia limpa” alternativas controversas como nuclear, gás natural e o chamado “carvão limpo”, cujas emissões são capturadas e armazenadas. Segundo Walsh, esse entendimento amplo e discutível de energias alternativas já corresponde a 40% da eletricidade produzida nos EUA.

A maior encrência para a administração Obama vai na linha de assoviar e chupar cana. Ao mesmo tempo que deseja ampliar os investimentos em C&T, precisará tapar o buraco do déficit público. Há necessidade de novas fontes de recursos e as duas principais alternativas, o *cap-and-trade* da lei climática e o corte de subsídios do petróleo, já foram barradas pelo Congresso em passado recente.

Para contornar a resistência política, o presidente americano situou sua estratégia em termos de inovação, arrancada econômica, empregos. Em todo seu discurso, não mencionou uma vez

sequer os termos “mudança do clima” ou “aquecimento global”. A ver se funciona.
– por **Carolina Derivi**

[ENERGIA II] Argélia pós-petróleo

Um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, a Argélia surpreendeu a comunidade internacional ao anunciar, no início de janeiro, uma série de medidas para chegar a 2020 produzindo 40% de toda a sua energia a partir de fontes renováveis.

São cerca de 60 projetos em tecnologias limpas, com destaque para os que aproveitam o potencial de energia solar e eólica do Deserto do Saara. Em dezembro do ano passado, o país fechou uma parceria com a Desertec Industrial Initiative, projeto da Europa que pretende aproveitar o potencial de geração de eletricidade em regiões desérticas do mundo.

Além da primeira fazenda eólica do país, que deve entrar em operação até 2012, outro projeto é a construção de Boughzoul, a primeira cidade verde do norte africano. A 170 km da capital, Argel, deve abrigar mais de 400 mil habitantes.

A conclusão das obras está prevista para 2025 e, segundo o governo, Boughzoul deve servir de modelo para a reorganização futura de todas as demais cidades do país. “A Argélia tem estado atrasada no desenvolvimento de seu setor de energias renováveis, mas, acelerando o lançamento dos projetos, achamos que podemos nos recuperar”, afirmou Omar Bouhadjar, gerente de pesquisa do Centro de Desenvolvimento de Energias Renováveis da Argélia.

Para completar o pacote, em junho deste ano, o país ainda pretende concluir o protótipo do primeiro painel fotovoltaico produzido inteiramente em território nacional, devendo atingir escala industrial a partir de 2013. A ideia é concorrer com os principais fornecedores da União Europeia, dos Estados Unidos e do Japão.
– por **Eli Ridolfi**

[ENERGIA III]

Madrinha da bateria

A tecnologia de baterias ainda tem muitos quilômetros pela frente antes de elas se tornarem pequenas, leves e baratas o suficiente, se quisermos ver automóveis elétricos rodando pelas ruas de nossas cidades algum dia no futuro. Uma novidade recém-anunciada pela americana GE promete ser um passo adiante na eletrificação de veículos pesados como frotas de ônibus e caminhões.

Em dezembro, a equipe de pesquisadores da multinacional fez uma demonstração de um ônibus híbrido que roda com um sistema duplo que conjuga uma bateria de sódio de alta densidade energética com uma bateria de lítio de alta potência. A combinação permite aos veículos pesados que atendam a parâmetros razoáveis de aceleração e quilometragem.

A maioria das baterias tem potência e capacidade de armazenamento de energia inversamente proporcionais – as de lítio têm potência o bastante para dar boa capacidade de aceleração aos veículos, mas não armazenam energia o suficiente para alcançar boa quilometragem; as de sódio fazem exatamente o contrário. O sistema da GE combina os melhores atributos de ambas.

Segundo o engenheiro elétrico e líder do projeto de pesquisa da GE, Lembit Salasoo, o preço das baterias continua sendo o principal impedimento para que a adoção dos ônibus híbridos comece a decolar. O sistema apresentado pela GE custa até 20% menos que as baterias convencionais.

“Os provedores de serviços de transporte reconhecem os benefícios de migrarem para uma frota elétrica, mas ainda estão à procura de soluções de bom custo-benefício para tornar isso possível para frotas de centenas de milhares de veículos”, resume o pesquisador.

O lançamento faz parte do projeto

Ecomagination, guarda-chuva institucional sob o qual a GE vem desenvolvendo soluções para as questões ambientais da atualidade. No Brasil, o projeto pode enfrentar um desafio a mais na gestão de Dilma, caso ela dê continuidade à política de Lula de incentivar os biocombustíveis, em detrimento dos elétricos.

— por Fábio Rodrigues

[ENERGIA IV]

Perigo nuclear até debaixo d'água

Não faz muito tempo, a energia nuclear era vista como a encarnação de tudo de mais errado que havia no planeta, mas o avanço da preocupação com o aquecimento global galopante fez com que muita gente – mesmo que a contragosto – revisse sua oposição. Por não emitir gases de efeito estufa, elas começaram a ser vistas como um mal menor.

Pois o grupo francês DCNS está aproveitando essa trégua e acaba de anunciar sua intenção de desenvolver reatores submarinos para a geração de eletricidade que usam uma tecnologia não muito diferente daquela já adotada nos submarinos nucleares de uso militar.

Batizado Flexblue, o projeto está em fase de desenvolvimento conceitual e ainda vai demorar pelo menos dois anos antes que o primeiro protótipo funcional comece a ser construído. O objetivo é comercializar equipamentos com potência relativamente pequena (entre 50 e 250 Megawatts) capazes de atender de 100 mil a 1 milhão de pessoas.

O plano é rebocar os reatores de 12 mil toneladas até seu local permanente e, então, ancorá-los ao leito em profundidades que podem variar de 60 a

100 metros e levar a eletricidade produzida até a costa por meio de cabos. Instalar o sistema no fundo do mar ajuda a manter o reator refrigerado – a água do mar serviria para dissipar o calor –, ao mesmo tempo que deve minimizar os riscos em caso de terremotos, enchentes e até de eventuais ataques terroristas aos quais as usinas convencionais estariam mais expostas.

O anúncio oficial da empresa, contudo, silencia a respeito dos impactos que o calor da usina devem ter nos ecossistemas marinhos onde forem instaladas e nem menciona o grande problema criado por essas fontes de energia – o que fazer com o perigoso lixo nuclear. (FR)

[ÁGUA]

Para boi beber

Pesquisadores da Universidade de Twente, na Holanda, realizaram um estudo sobre a quantidade de água dispensada na produção de alimentos de origem vegetal e animal em várias regiões do mundo. Os resultados indicaram que um produto de origem animal gasta mais água doce e polui mais se processado em uma estrutura industrial, em comparação àquele desenvolvido em um sistema pastoril ou misto.

Para calcular as pegadas, a pesquisa considerou os diferentes sistemas de produção e condições climáticas nos países analisados. A análise comparou as porções de água da chuva (pegada verde), subterrânea e superficial (pegada azul) e poluída (pegada cinza), envolvidas na cadeia produtiva. Em algumas regiões do Brasil, por exemplo, a pegada cinza no sistema industrial chega a ser mais de dez vezes maior do que no regime pastoril ou misto.

O relatório aponta também que, se considerado o mesmo valor nutricional, produtos de origem animal apresentam uma pegada de água maior do que produtos vegetais, o que dá força aos vegetarianos que prezam também por



“Minha ideia: um lixo.”

Carlos Alberto Simão
Gerente Corporativo
de Utilidades

Calma, o que eu quero dizer é que a minha ideia não era um lixo; era, literalmente, o lixo: queimar resíduos orgânicos, como casca de arroz e bagaço de cana, em caldeiras, e assim gerar vapor para as fábricas. O Projeto Biomassa começou em 2004 e deu tão certo que passamos a implementar em outras fábricas. Isso é a prova de que aqui na Ambev as boas ideias são valorizadas. Podemos e devemos pensar em alternativas. Eu pensei em uma que teve um impacto positivo tanto no meio ambiente quanto nos custos, porque sustentabilidade não é apenas uma palavra, é um objetivo. A minha ideia veio de um lugar que para muitos é o fim, mas para nós foi apenas o começo.

Ambev. Feita por gente e sonhos.

ambev



FOTO: JOSÉ GENUINO

poupar a água de seu consumo diário.

Outro destaque é a importância das chuvas principalmente para a produção vegetal. Cerca de 85% da água mundial consumida na agricultura provém das precipitações. A pegada azul predomina, no entanto, nas regiões de clima mais seco, com maior dependência da irrigação.

Segundo o relatório, a tendência, no entanto, aponta para a intensificação do uso das águas subterrâneas e superficiais, principalmente a partir do crescimento dos sistemas industriais de produção e, em particular, do consumo de carne bovina. “Um terço da pegada global de água referente à produção animal está relacionada ao gado de corte”, completa o estudo. **[ER]**

[TRAGÉDIA NO RIO]

Desastre natural, não

Um estudo realizado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ),

apresentado no final de janeiro, divulgou que o número de vítimas das chuvas na Região Serrana do estado poderia ter sido 80% menor. A principal razão do desastre, segundo o órgão, foi a ocupação irregular e a consequente instabilidade do solo provocada pelo desmatamento.

O conselho analisou as áreas de risco e apontou soluções de médio e longo prazos, como a realização de intervenções nas encostas para diminuir o impacto das chuvas e a escavação de pequenas ondulações no curso dos rios a fim de amenizar a velocidade e o impacto das águas nas edificações.

“Realmente, faltou, ao longo desses 30 anos, obedecer à legislação, não desmatar topo de morro, beira de rio e encostas com declividade de 45 graus, além de um plano de contingência”, afirmou Agostinho Guerreiro, presidente do Crea-RJ. A tragédia já contabiliza mais de 800 mortos e 500 desaparecidos.

O drama no Rio despertou novamente a polêmica sobre a alteração do Código Florestal Brasileiro. A lei de parcelamento e uso do solo urbano remete às áreas de

preservação permanente que, por sua vez, são definidas pelo código. O projeto, sob relatoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), permite regularizar as ocupações em encostas mediante lei municipal, exclui os topos de morros da lista de áreas de preservação permanente, e possibilita diminuição das faixas protegidas nas margens de rios e córregos. **[ER]**

[OCUPAÇÃO]

Batalha verde em Paraty

Depois de uma década de liminares na Justiça que proibiam a ação, e antes mesmo que a tragédia da ocupação na Região Serrana do Rio desse o seu recado, a mansão do industrial coreano Kyong Gon Kim, com negócios em São Paulo, foi demolida em novembro, após decisão favorável dos tribunais. A propriedade de 1.600 metros quadrados estava avaliada em torno de R\$ 5 milhões, e se localizava dentro da Reserva Ecológica da Juatinga, em Paraty, na região do **Saco de Mamanguá**

– no sul-fluminense, a, aproximadamente, 250 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro.

O industrial chegou a ser multado por órgãos ambientais do governo diversas vezes. Há cerca de 10 imóveis em situação irregular ali. Não apenas por estarem construídos na área da reserva, mas por se erguerem sobre terrenos de costões rochosos, considerados como áreas de preservação permanente pela legislação do Rio. “Isso caracteriza o crime ambiental”, explica Júlio Avelar, Superintendente Regional da Baía de Ilha Grande, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

A Reserva Ecológica da Juatinga foi criada em 1983. Em 2009, o Inea assumiu a responsabilidade sobre esta e as outras reservas do estado. Antes, o trabalho era dividido pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema). Na opinião de Avelar, a unificação facilitou o relacionamento das equipes envolvidas na

fiscalização, a análise dos processos e a punição de quem não se enquadra na lei. Mesmo assim, a batalha é árdua. A mansão do industrial coreano foi apenas a primeira a ser implodida na área. A demolição anterior, da casa de um empresário, foi paralisada por interferência de uma liminar judicial. A influência política e econômica de alguns proprietários é mais um fator. Também com o recurso das liminares, o ex-piloto da categoria Stock Car Xandy Negrão vem conseguindo impedir a demolição de sua casa, desde 2004. **[ES]**

[CARBONO]

Emissão peso-pena

A proposta do projeto One Tonne Life (Vida de Uma Tonelada, em tradução literal) é demonstrar que é possível cortar drasticamente as emissões de gás carbônico sem ter de fazer voto de pobreza e ir se enfiar em algum mosteiro budista no meio do Nepal.

Concebido por uma parceria entre as empresas suecas A-hus (casas), Vattenfall (energia) e Volvo (automóveis), o projeto selecionou os Lindell, uma simpática família formada pelo casal e seus dois filhos adolescentes para viver durante seis meses numa casa especialmente desenhada e equipada com tudo o que há de mais sofisticado em termos de soluções para se levar uma vida de baixo carbono, sem precisar cortar tão fundo na carne.

Além de contar com um sistema de isolamento térmico e vedação de ar caprichado para manter a temperatura do interior estável, a casa também conta com painéis fotovoltaicos, aquecimento solar da água e um sistema inteligente que mede o consumo em tempo real e ajuda a descobrir formas de usar a energia de forma mais eficaz. Para completar, a família dirigirá uma versão elétrica de um dos modelos da Volvo. Mas o projeto não se resume ao uso de tecnologias economizadoras, os participantes também vão precisar fazer sua parte, ao escolher opções mais responsáveis na hora de ir às

compras e acompanhar ativamente seu gasto de energia.

A meta é derrubar emissões *per capita* dos Lindell das atuais 7 toneladas de CO₂ para menos de uma tonelada ao ano. É possível acompanhar os resultados no site do projeto: www.onetonnelife.com. **[FR]**

[GASTRONOMIA]

Ingrediente social

Desde 2006, quando foi criada, a Gastromotiva prepara jovens de comunidades de baixa renda com objetivo de facilitar a entrada deles no mercado de trabalho, mais precisamente no setor de gastronomia. Até hoje, foram 105 beneficiados. Além da parte prática, os alunos têm aulas sobre cidadania e o papel do indivíduo na sociedade. Em 2011, a ideia do fundador, David Hertz, é incrementar o perfil comercial do grupo. Aproveitar seu caráter educativo e de inclusão social, em conjunto com a capacidade para novos negócios.

FALA, LEITOR Histórias e ideias de quem lê PÁGINA 22



Helton Rodrigo Barbosa tem uma história de persistência peculiar. Como muitos jovens, percebeu que fizera a faculdade “errada” imediatamente ao terminar o curso. No caso, Processamento de Dados. Mas, antes disso, já trabalhava no banco Bradesco, onde começou como atendente de telemarketing.

Tão logo se deu conta de que sua praia era a sustentabilidade, decidiu fazer uma

pós-graduação em Gestão Ambiental nas Faculdades Integradas de São Paulo (Fisp) e outra em educação ambiental na USP. Com a intensidade dos apaixonados, despejou currículos no mercado e nada aconteceu. Até que, em 2004, o Bradesco tornou-se signatário dos Princípios do Equador – em que instituições financeiras se comprometem a analisar riscos socioambientais na concessão de crédito para grandes projetos. O banco brasileiro criou, em seguida, uma área de responsabilidade socioambiental.

Helton mandou o currículo para os responsáveis e, meses depois... nada. Decidiu então falar diretamente com aquelas pessoas. Não sem antes estudar minuciosamente o relatório ambiental do banco, em sua primeira edição. Ligou munido unicamente de informação e

coragem. Fez críticas e sugestões, apontou melhorias e se posicionou. O diretor não titubeou. Levou aquele rapaz para seu grupo e, em agosto de 2006, Helton passou a integrar a equipe.

Hoje é analista de responsabilidade socioambiental do Bradesco, conduz toda a elaboração do relatório e auxilia a diretoria em outras frentes, como a de educação ambiental dentro da corporação. O banco tem uma rede de 3 mil agências espalhadas pelo País e 92 mil funcionários. A turma da gerência de responsabilidade socioambiental adotou a bicicleta para chegar ao prédio da Avenida Paulista nas sextas-feiras. “Causamos certo estranhamento ao chegar mais à vontade, com capacete, mas aos poucos as pessoas vão percebendo que faz parte do nosso programa de ecoeficiência”, diz Helton. **[ACD]**

Em associação com a *chef* Tanea Romão, e a participação dos jovens, a Gastromotiva aposta no desenvolvimento de produtos inéditos. Hertz fala de receitas que fazem um aproveitamento integral dos ingredientes.

A geleia de pimenta com maracujá, um dos produtos de maior sucesso nos bufês servidos pela marca, transformou-se em fonte de inspiração para liderar a nova linha. Depois de algumas adaptações, ela se tornou o *chutney* de casca de maracujá com especiarias. “Na geleia, usamos uma pimenta, a dedo-de-moça, porém, descartamos a semente. Do maracujá, usa-se apenas a polpa. No caso do *chutney*, um molho agridoce, geralmente feito de frutas, tudo é incorporado”, diz o fundador da Gastromotiva.

Entrevistá-lo por volta de meio-dia é uma tarefa árdua, principalmente quando ele diz que a mistura combina com carnes, como cordeiro e pato, além de queijos, saladas e tortas. Dá fome, pode acreditar. Dentro da lógica de uso de 100% dos alimentos, estão sendo desenvolvidas receitas diferentes, que contêm tomate, berinjela, entre outros itens.

Também em 2011, por meio de sua incubadora, a Gastromotiva planeja apoiar a inauguração de quatro projetos. Um é o

bufê dentro de Paraisópolis, tendo à frente moradores da própria comunidade. Há ainda a *rôtisserie* italiana na Companhia de Entrepósitos e Armazéns de São Paulo (Ceagesp) e duas docerias. Com o patrocínio obtido até agora, serão formados também mais cem alunos, durante o ano. Para quem quiser conhecer mais, o site é www.gastromotiva.org.
— por Eduardo Shor

[DEMOLIÇÃO]

Desperdício olímpico

Annunciado como a jóia da coroa dos Jogos Olímpicos de 2012, o novíssimo Estádio Olímpico de Londres ainda nem ficou pronto e já está ameaçado de ser posto abaixo assim que as últimas medalhas forem entregues. Esse desdobramento pra lá de infeliz engrossaria a já constrangedora lista de elefantes-brancos construídos para atender à demanda das Olimpíadas e, depois, deixados às moscas. E torpedearia de vez as promessas da organização do megaevento de realizar “os primeiros Jogos sustentáveis” da história.

O plano original anunciado ao Comitê

Olímpico Internacional (COI) previa que o estádio para 80 mil pessoas erguido ao custo de meio bilhão de libras seria incorporado aos equipamentos públicos de Londres, mas, aparentemente, ninguém descobriu como financiar a pós-ocupação do edifício. Sem saber o que fazer, a organização dos Jogos decidiu vender o prédio para um dos grandes clubes do futebol britânico — atraindo o interesse do Tottenham Hotspur e do West Ham United.

O problema é que o Tottenham quer simplesmente demolir o Estádio Olímpico para substituí-lo por uma arena construída especialmente para jogos de futebol — o projeto atual reserva muito espaço aos equipamentos de atletismo. Já a proposta do West Ham, que mantém a estrutura atual praticamente inalterada, é considerada pouco sólida do ponto de vista financeiro.

O destino do estádio só será decidido no final de março, mas a situação se tornou tão embaraçosa que o próprio presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres, Sebastian Coe, admitiu que, caso a organização que chefia não consiga entregar o que havia prometido, “será muito difícil que nos levem a sério novamente”. (FR)

PÁGINA CULTURAL

por ANA CRISTINA D'ANGELO

Diversão feita à mão

“É FÁCIL FICAR BEM-HUMORADO quando o sol aparece, ou diante de uma boa notícia logo de manhã. Quero ver segurar a onda é no trânsito congestionado ou no meio de um trabalho chato.” Partindo do princípio de que diversão se cria com as próprias mãos, a equipe do site Bom de Humor, autora do prefácio acima, inventou um livro com sugestões para sorrir. A turma frequentou a 25 de Março atrás de botões, fitinhas, estampas para construir um livro-objeto-sensação com dicas para soltar o riso gigante que dorme em você em reuniões com os amigos, celebrações e passatempos. Preparar um biscoito da sorte, por exemplo, pode encantar qualquer um. O livro *Bom de Humor* dá a receita e ainda te fornece as filipetas com frases gostosas para



recheiar a guloseima. O resgate da carta manuscrita é lembrado e facilitado com um envelope e um papel bonito para destacar e derramar suas letras. Por fim, atitudes mais sustentáveis, como fazer uma viagem de bike, inventar um bazar de roupas entre amigas e aderir à corrente de troca de livros são sugestões do livro. Pena que a primeira edição foi limitada, mas a equipe está aberta a propostas para aumentar a família. Enquanto isso, você pode conferir algumas das dicas do livro no site www.bomdehumor.com.br.

Foto em pauta

Nome de um evento bem-sucedido de fotografia em Belo Horizonte, o Foto em Pauta agora arrisca seu primeiro “festival” de fotografia e o local escolhido é Tiradentes, a 180 quilômetros da capital mineira. Entre 17 a 20 de fevereiro, a charmosa cidade histórica recebe exposições, oficinas, palestras, debates, projeções de fotografias e atividades educativas. Craques como Bob Wolfenson, J.R. Duran e Cristiano Mascaro já confirmaram presença. Este último vai lançar um livro de fotografias feitas na cidade. Em *Tiradentes – um olhar para dentro*, ele retrata o interior das casas de pessoas comuns, os jardins e quintais, os bares e as lojas, os detalhes das ruas e dos becos, com suas paredes, telhados. A matéria-prima do fotógrafo é o cotidiano dos moradores da cidade. Mascaro é um

dos maiores fotógrafos do Brasil, conhecido, sobretudo, por seus registros da arquitetura e do patrimônio histórico. O lançamento será no dia 18, no Centro Cultural Yves Alves. Confira a programação em www.fotoempauta.com.br

Construtivismo russo na Pinacoteca

A mostra passou pelo Rio de Janeiro e agora chega à Pinacoteca, em São Paulo. Experimentação formal e militância ideológica, marcas do construtivismo russo, no qual fincou pé o fotógrafo, escultor, *designer* gráfico e pintor Aleksandr Ródtchenko, um dos artistas mais inovadores da arte de vanguarda do século XX ao lado de artistas como Kasimir Maliévitch, Kandinsky, Wladimir Tatlin e o poeta Maiakóvski. Nesta *mostra*, podem ser vistas cerca de 300 obras, entre fotografias, fotomontagens,

capas de livro, revistas e cartazes realizados entre 1924 e 1954. Para ele, fotografar significava a possibilidade de criar arte contemporânea; mostrar o mundo através de “olhos matinais”. Ródtchenko documentou a vida política e social da União Soviética dos anos de Lênin até o regime repressor iniciado por Stalin — que o colocou no ostracismo nos seus últimos 20 anos de vida. De 19 de fevereiro a 1º de maio, na Pinacoteca.

História do Brasil multimídia

O Museu Histórico Nacional (MHN) passou a contar a história do Brasil em uma exposição com quatro grandes núcleos, em área total de 4 mil metros quadrados. Os núcleos estão divididos em ordem cronológica, mostrando o Brasil da Pré-história até o século XXI. A visita começa pelo núcleo Oreretama, palavra tupi-guarani que significa “aquele que tem a terra porque é da própria terra”, dedicado à Pré-história brasileira. Os núcleos seguintes são Portugueses no Mundo: 1415 a 1822, A Construção da Nação: 1822-1889, e A Cidadania em Construção: 1889 à atualidade. Recursos multimídia ajudam no percurso e na compreensão da nossa história. Dos mais importantes museus brasileiros dedicados à história, o MHN fica no Centro do Rio de Janeiro.



O futuro do mercado de carbono

Pouco se sabe o que pode acontecer nas negociações internacionais sobre mudança climática. Mesmo assim, a compra e venda de créditos continuarão a crescer

As negociações internacionais para a redução de gases-estufa podem parecer lentas. Isso não quer dizer que os mercados de crédito de carbono estão indo mal. Ao contrário: eles continuam se recuperando da crise financeira que afetou a economia global nos últimos dois anos e dão indicações de que estão organizados para funcionar em um segundo período de compromisso, o chamado pós-Kyoto.

A 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Cancún no fim de 2010, conseguiu alguns avanços, mas ainda é incerto se haverá um novo acordo, com compromissos reais após 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto. Mesmo assim, uma recente previsão feita pela consultoria Point Carbon, ligada ao grupo Thomson-Reuters, mostra que o total de certificados de redução na modalidade Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) deve se multiplicar por sete entre 2013 e 2020. O

total passaria dos atuais 513 milhões de toneladas de CO₂ equivalente para algo em torno de 3,6 bilhões.

O MDL é um mecanismo reconhecido e aprovado pela ONU para o cumprimento das metas internacionais de redução de emissões. Permite aos países do Anexo I (os desenvolvidos e com metas) investir em projetos de energia limpa nos países em desenvolvimento (como Brasil, Índia e China) e abater a redução de carbono de suas emissões domésticas.

Essa sinalização do mercado – de que está interessado no certificado internacional – não se trata propriamente de bondade ou desejo de salvar o planeta. É, na verdade, uma percepção de que, mesmo com o atraso das negociações, o MDL é uma ferramenta eficiente e barata para os países industrializados compensarem suas emissões.

“O MDL vai continuar sendo uma boa opção. O custo de oportunidade é o melhor, mais barato do que trocar filtro de fábrica na Europa”, comenta o diretor Marco Antonio Fujihara, do Instituto Totum. Para ele, o ritmo das negociações internacionais não permite previsões muito acertadas sobre como será o novo regime de compromissos. Ainda assim, o consultor concorda com a tendência de crescimento nos próximos anos apontada pela Point Carbon.

Isso deve ocorrer mesmo com reviravoltas no principal mercado de carbono do mundo – o europeu. Conhecida pela sigla EU ETS (European Union Emissions Trade Scheme), a bolsa de emissões da Europa tem funcionado como o pilar mestre das transações globais de carbono. Isso porque, além de compromissos perante Kyoto, os países da União Europeia (incluindo também os não Anexo 1) comprometeram-se a atingir uma **redução de 20%** das emissões do bloco em 2020, comparado aos níveis de 1990.

Além de papéis gerados com reduções entre os próprios países, o EU ETS aceita, até certo limite, a “importação” de créditos advindos de projetos de MDL. Recentemente, em janeiro deste ano, a União Europeia decidiu

Em 2009, a União Europeia adotou o pacote de medidas conhecido como 20-20-20. Trata-se de metas para a instalação de 20% de energias renováveis e a redução de 20% das emissões de carbono até 2020

O CDM Executive Board é o órgão da ONU responsável por analisar e aprovar os projetos de MDL

significativa rapidez durante o ciclo de análise, graças a uma simplificação dos procedimentos de análise e ao aumento da capacidade dos **órgãos decisores** e do comitê do MDL”, diz o gerente de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Point Carbon, Arne Eik.

O funcionamento do mercado da União Europeia já reflete uma tendência que passou a ser negociada nas altas esferas da ONU: metas nacionais e acordos

regionais. Esse tem sido o tom dos países após a conturbada reunião de Copenhague. Lá, a maioria das partes apresentou planos domésticos de ação. O Brasil estabeleceu seu Plano Nacional sobre Mudança do Clima com meta geral de 36,1% a 38,9% na redução de sua trajetória de emissões até 2020. Por enquanto, as experiências internas de comercializar carbono são incipientes. Quem sabe se, com a implementação da meta, começam a se aquecer. (GF)

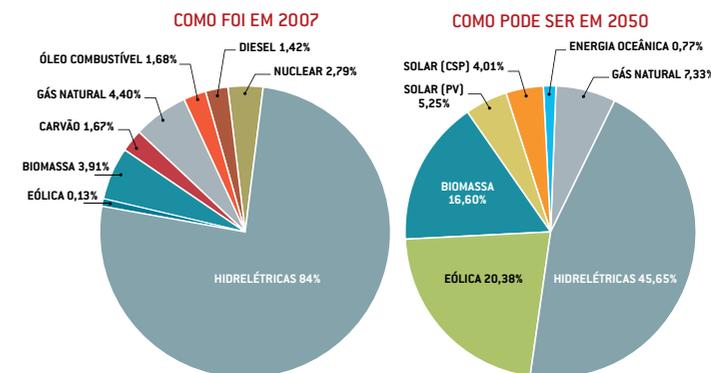
Energia renovável torna a economia mais competitiva

Projeções de crescimento do PIB brasileiro apontam uma taxa de crescimento de 5% ao ano nesta década. Em 2050, ainda estaremos crescendo 2,5% ao ano e teremos uma população de 260 milhões de habitantes. Embora o País já tenha uma plataforma energética composta 88% de fontes renováveis, esse crescimento pode dobrar nossas emissões de carbono se mantido o padrão atual de geração de energia, graças à exploração do pré-sal.

Mas, segundo estudo lançado pelo Greenpeace no final do ano passado, o Brasil pode manter suas taxas de crescimento, cumprir o compromisso de cortar emissões e ainda economizar bilhões. Para isto, deve começar já a ampliar o investimento em fontes renováveis como energia eólica e solar, bem como eliminar termelétricas a óleo diesel, a carvão e usinas nucleares. A economia fica por conta da eficiência energética e dos custos de geração menos salgados. Eles tendem a subir mundialmente para

os combustíveis fósseis à medida que as emissões de CO₂ são valoradas. O estudo completo pode ser acessado em: www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/Revolucao-Energetica. (GN)

GERAÇÃO TOTAL DE ELETRICIDADE



Fonte: Greenpeace. Obs: PV = fotovoltaica; CSP = solar concentrada

ENTREVISTA Beatriz Carneiro

O nó do aumento do consumo

A classe média já constitui metade da população brasileira, e os programas de distribuição de renda, aliados à estabilidade econômica, têm dado poder de compra às classes D e E. Mas ainda são poucas as empresas que se deram conta do potencial que esse mercado representa, como mostra pesquisa sobre mercados inclusivos divulgada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) em novembro passado (acesse em www.cebds.org.br/cebds/negocios_inclusivos.asp). Beatriz Carneiro, diretora-executiva da entidade, falou a PÁGINA 22:

O crescimento do mercado nas classes C, D e E pode aumentar também a pegada ecológica das empresas. Como lidar com isso? A ascensão dessas classes foi uma grande conquista, determinante para que o Brasil superasse os efeitos da crise

financeira global, que ainda afeta alguns importantes mercados. Mas não podemos perder a visão crítica a respeito desse fenômeno socioeconômico. A construção desse novo mercado deve contemplar a questão da sustentabilidade, da mesma

forma que devemos rever o modelo de produção e consumo voltado para as classes A e B. Esse novo mercado deve ser tratado como parceiro na construção da economia verde. Ao trabalharmos com as classes C, D e E, poderemos ampliar o alcance de iniciativas como edificações que não desperdicem materiais ou que sejam energeticamente eficientes, por exemplo.

As empresas conseguem lidar com temas tão complexos como os negócios inclusivos e a economia de baixo carbono ao mesmo tempo? A economia de baixo carbono é uma realidade mais concreta entre as empresas. Hoje até arrisco a dizer que, se não todas, a grande maioria das

empresas associadas ao Cebds tem, no seu planejamento estratégico, alguma ação ou projeto relacionado à economia de baixo carbono. Já sobre os negócios inclusivos, o que se vê é que essa é uma oportunidade ainda pouco aproveitada. Há casos bem consistentes de negócios inclusivos no Brasil, mas as pesquisas que fizemos denotaram um grau de desconhecimento considerável sobre o tema. O social é o pilar mais frágil da sustentabilidade no Brasil e no mundo. Até o momento houve avanços mais significativos nas dimensões econômica e ambiental. Investir nesses negócios, além de ser lucrativo, gera desenvolvimento para as regiões onde vivem as pessoas e encoraja a

melhor distribuição de renda, mas ainda há muita oportunidade não aproveitada. O que as empresas precisam para conseguir lidar com essas agendas complexas lado a lado? O que falta agora é ganhar escala nessas iniciativas das empresas. E, para isso, o diálogo entre os setores público e privado é imprescindível. O governo tem feito a sua parte, a regulamentação dos artigos 6º, 11 e 12 da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, com limite para o teto de emissões, foi bem importante. Mas não adianta as empresas e o governo fazerem cada qual a sua parte, como se fossem duas metas paralelas. Para chegarmos a um nível significativo de



redução de emissões e de ações de mitigação, é importante que haja um diálogo sistemático entre todos nós. Nessa integração entre empresas, sociedade e governo é essencial que as políticas públicas tenham maior aceitação e sejam plenamente implantadas e disseminadas. (GN)



Interesse e virtude

Roberto Lima, presidente da Vivo desde 2005, não teme usar um dos chavões mais repetidos no meio empresarial quando o assunto é sustentabilidade. Abre esta conversa dizendo que esse valor “está no DNA” da companhia. Isso para contrariar a velha máxima, de autoria do economista Milton Friedman, nos idos dos anos 1960, segundo a qual “o negócio dos negócios são os negócios”, ou seja, a função de uma empresa na sociedade se limita à boa prestação de serviços e produtos, enquanto o desenvolvimento social cabe ao Estado.

Mas para o executivo, assim como na visão de outros adeptos da sustentabilidade empresarial, a questão não é excludente: interesse econômico e virtude socioambiental não só convergem, como se autoalimentam. A formação em Administração Pública, acredita Lima, ajudou-o a perceber isso. E o caráter essencial dos serviços de telefonia permite colocar essa percepção em prática. Hoje, ele chega a afirmar que a Vivo é uma empresa totalmente equilibrada nas relações com todos os seus públicos de interesse. Muito embora, em sustentabilidade, não haja desfecho nem conclusão. É um processo contínuo, naturalmente feito de conquistas, dilemas e conflitos, em que o caminho vale mais que a chegada.

Enquanto alguns bancos e empresas já trilham o caminho da sustentabilidade há vários anos, a Vivo parece ter despertado para essa ideia apenas recentemente. Por quê? Na verdade, acho que a Vivo já tem isso no seu DNA há pelo menos cinco ou seis anos, quando começamos um reposicionamento da empresa. A questão é que isso tem ficado mais público recentemente. Seria um erro grave fazer manifestações sobre um assunto que a gente não tinha tratado internamente, com os funcionários. Só a partir da implementação de planos importantes, como mudar todos os processos da empresa para podermos estar de acordo com o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores (ISE), e uma vez comprovado que esses processos colocaram a empresa em uma situação melhor em termos de sustentabilidade, é que a gente começou a tornar isso público.

Do contrário pareceria *greenwashing*? A gente criaria uma imagem que não é verdadeira. Você não cria programas em seis meses. Tem de fazer as pessoas incorporarem isso. Por que está no DNA? Porque temos uma visão muito clara na nossa empresa, que é até um pouco filosófica. Toda organização, quando se estabelece, a primeira coisa que faz é chamar um advogado e pedir para escrever o estatuto ou o contrato social. Ninguém escreve o contrato financeiro ou econômico. Por quê? Porque uma organização existe com o propósito de atender à sociedade. De cinco anos para cá, dentro da Vivo, nós existimos porque temos uma razão de existir, que é a de prestar serviços de telecomunicação. E de inclusão digital. E de melhoria de qualidade de vida na sociedade em que estamos inseridos. Tem outra coisa que os advogados escrevem, que é o prazo de duração desta sociedade. O que aparece normalmente? Indeterminado. Pressupõe-se uma empresa de duração indeterminada, perene. E ela só será perene se for sustentável. Para nós, estas coisas estão muito claras e é a partir daí que estabelecemos nossas ações. A vida fica muito simples quando as pessoas entendem os conceitos. Nós só seremos perenes se tivermos práticas que permitam a sustentabilidade, o que faz com que a gente tenha de raciocinar muito além do trimestre no qual temos de produzir resultado para apresentar ao mercado financeiro.

Esse foi o gatilho que fez a Vivo se reposicionar? Esse foi o gatilho. Sou administrador público de formação (*pela FGV*), então tenho um pouco dessa consciência da prestação de serviço. Mas sempre trabalhei na iniciativa privada, nunca na pública. Talvez tenha até um pouco de frustração de querer, através da iniciativa privada, ter um grande impacto na sociedade. O que a gente começou cinco anos atrás foi um processo de dizer: nós só seremos bem-sucedidos se estabelecermos relação de confiança com todos os nossos públicos. E a gente vivia uma crise de confiança com nossos clientes: tinha fraude, clonagem, faturas com erros. E começamos a trabalhar isso como prioridade número 1 da empresa. Porque, com quebra de confiança entre empresa e cliente, existia imediatamente uma quebra de confiança entre empresa e colaborador. Os colaboradores não tinham orgulho de trabalhar em uma organização que

não respeitava o direito dos clientes. Sem confiança dos clientes e dos colaboradores, o resultado não aparece, a empresa vai se desfazendo. Ao recuperar isso, reconquistamos a confiança dos nossos acionistas. Com isso, eles começaram a nos dar liberdade de ação, ou seja, propor investimentos, trocar a tecnologia de CDMA para GSM – que foi o primeiro grande projeto para o qual pedimos dinheiro: R\$ 1,1 bilhão para fazer a troca. No ano seguinte, mais um cheque de R\$ 3 bilhões para comprar a Telemig. As relações de confiança permitiram à empresa ser mais ambiciosa, crescer, oferecer serviços através de várias tecnologias. A partir daí, você ganha atratividade na Bolsa. Aí, o que tem de fazer? Estabelecer relações de confiança com os investidores institucionais.

Se o objetivo foi tornar a empresa mais competitiva e perene, esse foi um posicionamento tomado mais pela conveniência do que pela convicção? Não, porque é exatamente aí que você consegue fazer uma convergência entre interesse e virtude. É por convicção, é por convicção. Eu prego isso. Ontem (*19 de janeiro*) eu tive uma reunião na Campus Party com quase 40 pessoas e disse: a empresa que não assume seu compromisso social começa errada. Se ela escreveu que seu objeto social é fazer o maior lucro possível para distribuir para seus acionistas, ela se esqueceu de dizer para que existe. Se formos orientados pela função social, estaremos orientados para as necessidades daquilo que é chamado de mercado. Tenho até um discurso na Futurecom (*evento de telecom e TI*), segundo o qual se orientar pelas necessidades do mercado é importante, mas se orientar pelas necessidades do cidadão é mais importante ainda. O cidadão brasileiro precisa hoje do quê? De uma vida mais humana – dar acesso a redes sociais –, de uma vida mais segura – para que ele possa ser localizado –, mais inteligente – acesso a educação, conteúdo – e também uma vida mais divertida, porque entretenimento faz parte. A nossa visão é: na sociedade em rede, o indivíduo pode mais e vive melhor. Do ponto de vista dos resultados, o que significa isso? Eu posso desenvolver produtos e serviços que façam com que eu não dependa só de receita de tráfego. Eu vendo curso de inglês. Ontem nós celebramos aqui nesta sala 1 milhão e 80 mil usuários dos nossos cursos de inglês. Alguém sabe disso?

Acho que não. Pois estou levando curso de inglês para garçom, para bombeiro, para motorista de táxi, que tem tempo livre, que pode fazer curso pelo celular, mas não pode ir a uma escola de inglês. Essas serão as pessoas que terão mais oportunidade de trabalho e serão necessárias quando tiver uma Copa do Mundo ou uma Olimpíada. Então é convicção e é negócio. Interesse e virtude convergem. É possível ganhar muito dinheiro se você for orientado pelas necessidades do cidadão. Atendendo a isso somos uma das empresas mais bem-sucedidas do setor de telecomunicações do mundo. Já falei de clientes, colaboradores, acionistas, investidores. Agora, fornecedores. Uma relação de sustentabilidade com os fornecedores não passa por ter um aviso de compra onde torturo o fornecedor e peço descontos até acabar com a margem dele.

Esse fornecedor vai trabalhar comigo eternamente. Não é uma relação sustentável. Tenho de dar a ele o direito ao lucro, de ser uma empresa que se organize pelos mesmos padrões que a gente.

Em que estágio de evolução em termos de sustentabilidade o senhor classificaria a Vivo? Acho que já está bastante avançada. Não seria sustentável se em alguma dessas relações tivesse um desequilíbrio muito grande. Ela hoje é uma empresa totalmente equilibrada.

Totalmente equilibrada? Nas relações com todos os seus públicos, sim. Somos voltados para uma prestação de serviços de qualidade não só com os clientes, também com os colaboradores. Os colaboradores têm de ter aqui dentro a chance de progresso profissional, pessoal e material. Tem que ficar rico trabalhando aqui. Tem que ganhar bem. Sustentabilidade não é abraçar árvores e beijar baleias. É estabelecer relações que possam ser perenes. Nós tivemos agora a discussão sindical. E o sindicato normalmente tenta defender o interesse dos colaboradores, e a empresa faz suas propostas. A negociação começou a ficar difícil com os sindicatos, um grupo da empresa se reuniu, foi no sindicato e disse: “Para de exagerar, que nós queremos fechar o acordo com a empresa. Nós amamos essa empresa”. Para mim, isso é sustentabilidade. É uma relação dos colaboradores com a empresa que não está pautada pelo conflito.

A telefonia celular no Brasil tem a segunda tarifa mais cara do mundo, segundo uma pesquisa (da consultoria europeia Bernstein Research)... ...que está totalmente errada, não tem o menor sentido.

Errada ou não, a tarifa de celular no Brasil para a população em geral é bem cara, não acha? O que é barato no Brasil? Restaurante? Carro? Serviço de assistência médica?

Então a telefonia se nivela por esses parâmetros? Pergunto isso porque o preço da telefonia é uma questão de inclusão social, e isso tem a ver com sustentabilidade. Se fosse tão cara assim nós teríamos 200 milhões de celulares no Brasil? A penetração é de 100%. Quarenta por cento da população não tem acesso a banco.

Por que a pesquisa está errada? Em que posição estamos, então? Bem lá atrás. A Anatel aprova tarifas-limite para cada uma das operadoras. Só que a força do mercado me faz praticar preços que muitas vezes são dez vezes inferiores. Mas os institutos de pesquisa pegam o dado que está na Anatel. Além disso, no Brasil, você tem 43% na média de impostos sobre as tarifas.

A culpa é sempre dos impostos? E você tem alguma dúvida? Já falaram que você trabalha metade do ano para pagar imposto?

“A Vivo patrocinava até batizado de boneca. Hoje nossas campanhas só são colocadas na rua se tiverem um dado de realidade”

Mas a Telefônica, que é controladora da Vivo, está em primeiro lugar no ranking do Procon de São Paulo, em 2009. A controladora da Vivo é a Telefônica de Espanha, que controla a Telefônica Brasil, que não está sob minha gestão. A Telefônica mundial tem, sim, uma expectativa de padrão de qualidade segundo o qual somos *benchmark* no mundo.

No ano passado, a Exame circulou uma notícia de que a Telefônica, por conta da imagem desgastada, passaria a usar em dois anos a marca Vivo para telefonia fixa. Isso é verdade? Sim. A marca no Brasil será Vivo, para todos os produtos da Telefônica.

E é por causa do desgaste da marca Telefônica? Não, é por causa do valor da marca Vivo. Esta marca tem sete anos e se desgastou muito no processo de lançamento. A Vivo tinha uma campanha de comunicação fortíssima, patrocinava todos os eventos que podiam aparecer, Fórmula 1, rodeio, batizado de boneca... A gente lançava um aparelho, e era motivo de festa com celebrações. Voltando ao assunto do começo: o que você tem que fazer para ter o direito de comunicar? Tinha uma comunicação externa fortíssima, enquanto a entrega de serviços se deteriorava aceleradamente. Quando cheguei, em julho de 2005, a ideia era parar com isso. Hoje nossas campanhas só são colocadas na rua se tiverem um dado de realidade. Depois a gente te passa um papel com a pizza que tem todos os pedaços: relação com clientes, colaboradores, acionistas, investidores, parceiros, órgão regulador, imprensa, comunidade em geral, e o último são os competidores. Criamos uma relação de confiança com os nossos competidores, porque somos parceiros na construção de redes. Se tenho de fazer redes em lugares distantes, onde me custa muito caro e terei pouco usuários, porque vou fazer sozinho? Chamo

meus parceiros e vamos fazer juntos, e compartilhar os custos. É uma rede e é sustentável, porque, com um volume menor de investimento, consigo atender muito mais áreas. Cooperação com competição. Eu não construo um quilômetro de rede hoje sem estar em parceria ou com a Claro, ou com a Embratel, com a GVT, com a Telesp, a TIM, a OI.

E como é essa relação com os concorrentes em termos de transparência? Até que ponto vocês abrem informações entre si? Se disser que é 100%, óbvio que não, pois somos concorrentes, mas naquilo em que podemos ser convergentes e cooperativos, as equipes trabalham juntas. Fizemos 4.500 quilômetros de rede de fibra óptica entre o Rio do Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina, em parceria com a Embratel e a Claro. Cada uma construiu 1.500 quilômetros e os três usam os 4.500 como se fossem deles. Dividimos o custo e a manutenção por três, então eu pude aumentar a capacidade. A população tem canais muito mais potentes. Isso é serviço, isso é compromisso com a sociedade.

O que vocês gostariam de fazer em termos de sustentabilidade, mas não conseguem? Acho que já estamos na fase da estratégia depois da estratégia, que é não só estabelecer conexão, mas levar serviços de valor agregado para a população. Precisamos dar dimensão a vários projetos interessantes. Por exemplo, o de Belterra – cidade fundada pelo Henri Ford, no início do século passado, com o ciclo da borracha (*no Pará*). Com o fim do ciclo, a região se deteriorou. A cidade de 12 mil habitantes (*segundo o IBGE, tem 16.324*) vivia de uma cultura extrativista e produzia o suficiente para consumir, e no entorno tinha 70 comunidades ribeirinhas do outro lado do Tapajós que também viviam assim. Tem um barco de uma organização chamada Saúde & Alegria que fazia atendimento médico para toda aquela região. E a gente achou que podia fazer uma experiência de telemedicina. Colocamos uma antena de 3G em Belterra, um repetidor no barco e começamos a conectar a população de Belterra e as comunidades ribeirinhas.

Já tivemos de fazer quatro ampliações nessa antena e colocamos uma segunda antena em Suruacá, que é do outro lado do rio. Isso porque, junto com a ligação do barco com o Hospital Albert Einstein, aqui em São Paulo, para receber radiografia digital, ultrassonografia digital, resultados de exames laboratoriais, *second opinion* e tudo isso, começaram a surgir oportunidades de ensinar inglês. Por que ensinar inglês? Por que se a gente está levando internet pra esse pessoal e eles quiserem descobrir os segredos da fauna amazônica, as pesquisas sobre biotecnologia – em vez de a gente ficar plantando soja –, só fazendo a população local que vive em equilíbrio com o meio ambiente se fixar na terra, com uma geração de renda mais forte. E as grandes pesquisas sobre biotecnologia estão em inglês.

Belterra é um projeto replicável? Sim, vou te contar. O pessoal fazia educação de saneamento básico através de um jornalzinho impresso no mimeógrafo, o *Cachacinha*, porque funciona a álcool.

O CPqD de Campinas foi com a gente, montou um blog, e agora as pessoas acessam as informações pelo celular. É outro mundo.

Todo mundo tem celular lá? Óbvio, estamos vendendo como nunca. É objeto do desejo. E quando não tem, nós damos. Quando chegamos num município, a primeira coisa é fazer a doação de celular para o Conselho Tutelar, que cuida para que seja aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas, por ser órgão público, trabalha das 9 às 5. E as crianças são agredidas normalmente de noite e nos fins de semana. Para quem ligam? Não ligam. Com o celular, podem acessar o Conselho Tutelar 24 horas por dia, sete dias por semana. Uns anos depois que fomos para lá, contratamos a Universidade Federal do Pará para ver qual foi o impacto da implantação da antena 3G na região.

Que tipo de impacto? Todos. Socioeconômico, desenvolvimento do comércio. Quarenta por cento dos alunos matriculados na escola normal se inscreveram em cursos de educação à distância. Outro tanto faz pesquisa na internet para seus trabalhos escolares. Setenta por cento dos negociantes fazem uso da rede para poder tocar seus negócios. Já tivemos de instalar outra antena em Suruacá, que está pegando nos outros municípios mais pra cima do Tapajós e você tem hoje uma comunidade totalmente integrada. E tenho certeza de que, quando a gente começar a olhar o PIB, os índices de desenvolvimento socioeconômico daquela região, a gente sabe o que está levando. Podem falar: “Bom, mas é um projeto meio isolado”. Não. Fomos para Guariabas, cidade-símbolo do Fome Zero, no interior do Piauí. Fomos para Craíbas, no sertão das Alagoas, para fazer a mesma coisa, mas quando a gente vai, eu vou – e nem sempre é fácil chegar.

Cabrália e Guaiú, Sul da Bahia, colônia de pescadores. O que a gente pode fazer para eles? *Software* no celular. O pescador registra que peixe embarcou, quantos quilos, qual o preço desse peixe no mercado, qual o custo de combustível, de gelo e com isso sabe se está no lucro ou no prejuízo e se tem que continuar a pescar. Quando está voltando, já sabe em que mercado tem mais oferta. Se vão todos para a mesma praça, tem uma superoferta, o preço despenca e sobra peixe. Fazenda de ostra na mesma região, em Guaiú: a ostra se desenvolve em função da temperatura da água. Sistemas de medição da temperatura da água, que são comunicados por celular – desenvolvido pela Motorola e pela Qualcomm –, recebem a informação da temperatura da água e dão uma ordem a um equipamento que simplesmente sobe ou desce a gaiola no mar para aproveitar a temperatura mais adequada.

Como vocês escolhem esses projetos? Como identificam os lugares e as necessidades? Sempre tem uma razão. É quase uma demanda interna, vem por sugestão de colaboradores que estão no Brasil todo e percebem uma necessidade local. Muitas vezes também vem de políticos, de prefeitos. Pode vir de parceiros, como esse da Qualcomm em Guaiú e da Ericsson em Belterra. O importante

é que não estamos fazendo benemerência. Não estamos dando comunicação gratuita. Os serviços são pagos. Interesse e virtude.

Esses projetos são desenvolvidos com as comunidades? Ou vocês chegam lá com uma solução? São criados conjuntamente com as comunidades locais, com um envolvimento muito forte. No filme de Belterra, você vai ver que as pessoas fazem questão de dizer: “Nós interferimos muito no projeto”. E é verdade. A gente tem que deixá-los interferir, porque eles que sabem qual é a “real realidade”. Nós não podemos chegar lá soltando regras e dizendo que vai ser assim, vai ser assado. A implantação de Belterra não tem nada a ver com a de Guaiú, ou de Craíbas ou de Guaribas.

O grande nó com que as empresas mais alinhadas com sustentabilidade se deparam é o do consumo. A Vivo, por exemplo, ganha com o aumento do consumo e da obsolescência dos produtos, o que gera mais resíduos, não é? Não. Eu não ganho dinheiro com a venda

do (*aparelho de*) celular. Eu perco. Eu vendo celular subsidiado. Eu compro um celular por R\$ 100, muitas vezes estou vendendo por R\$ 20. No Brasil, o que funcionou foi vender o aparelho subsidiado e barato para que se possa vender o serviço. Se não fosse assim, não tinha crescido o que cresceu. Mas não que a gente estimule a obsolescência. Quanto mais tempo durar um celular, melhor pra gente. É verdade que tem uma evolução tecnológica muito rápida e os celulares de segunda geração estão sendo substituídos pelos de terceira – os *smartphones* –, que não são feitos só para falar, são quase o arquivo da vida da pessoa. Mesmo não sendo nosso interesse, temos 3.400 pontos de coleta de equipamento – celular, bateria, carregador. Todo esse material é recolhido, temos um índice de aproveitamento que é de 90% em novos aparelhos. Qual nosso processo? Temos os 3.400 pontos, entregamos o material recolhido em uma empresa no Brasil e outra fora, acho que nos EUA, que é especialista em engenharia reversa e distribui o material que volta para a indústria de celulares (*mais sobre logística reversa à pág. 43*). Toda a renda que a gente arrecada na venda desse produto vai para o Instituto Ipê.

A gente também está preocupado com a questão do lixo eletrônico. Temos um consumo muito grande de baterias em nossas antenas – elas funcionam com a eletricidade da rede pública. Quando cai a rede – exemplo, em Nova Friburgo –, essas baterias duram 4, 5 horas. E essas baterias têm um processo de reciclagem de acordo com os melhores critérios de sustentabilidade. Não fosse assim, a gente não estaria no ISE. E tem nosso Data Center, que vale um *box* nessa matéria. É um investimento de centenas de milhões de reais, e poderia ser muito mais barato se nós não tivéssemos dito que queríamos um *green building*.

Esse prédio em que estamos (a sede) é um green building? Esse

aqui não tem a certificação, mas é ele novo e tem um índice de sustentabilidade elevado. A pegada ecológica da nossa empresa equivale ao consumo de 15 jatos executivos.

Como assim, o que se considera nessa pegada? Em que período? A emissão de carbono é baixíssima.

Essa é uma característica de todo o setor de telecomunicações, não? Sim, desde que o setor como um todo seja consciente.

Que indicadores a Vivo usa para atestar seu nível de sustentabilidade? O ISE é o principal. O ISE é o indicador da Bolsa de Valores, desenvolvido com a Fundação Getúlio Vargas. (*mais em Artigo à pág. 30*)

Sim, com o GVces. Esta revista, inclusive, é do GVces. Então, pronto, vocês são os melhores. Depois que começamos todos os processos,

vimos que tínhamos tamanho para nos candidatar ao ISE. E a implantação não é uma coisa fácil. Você tem que se comprometer a ter uma série de processos dentro da empresa. Estamos há dois anos na carteira. A gente tem uma área para fazer a gestão disso aqui na Vivo. Tem uma pessoa jovem, a Juliana Limonta, que tem talvez 29, 30 anos, e nunca vi alguém tão preparado para um assunto. Ela inclusive deveria estar aqui

(*nesta entrevista*). Ela discute com vice-presidentes aqui, pessoas totalmente seniores, de igual para igual, e consegue convencer todo mundo a andar por esse caminho. Junto tem uma área de comunicação da sustentabilidade, pois não adianta fazer as coisas sem envolver todos os parceiros, e os colaboradores principalmente. Então o assunto é esse. Nós somos uma empresa com prazo indeterminado. E, se o mundo acabar, não vamos mais ter prazo indeterminado. Volto ao início da minha conversa: uma razão social muito forte, e uma consciência de que queremos ser perenes.

Então sustentabilidade é a sustentabilidade da Vivo, basicamente? É a sustentabilidade da empresa, porque ela é um grande elemento de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Telecomunicações, já dizia o Marechal Rondon, é o que preserva nossas fronteiras, é o que leva educação, saúde, é o que leva entretenimento, acesso a redes sociais hoje. Óbvio, nós temos de ter lucro. Qual o problema do bem da empresa? Quem não quer uma empresa forte e saudável? Só assim que a máquina gira. Então, é sustentabilidade da Vivo? É, sim. A Vivo é uma referência mundial de uma gestão equilibrada, preocupada não só com os resultados financeiros, mas com a relação com todos os seus públicos. Princípios éticos fortes, valores claros para todo mundo e, principalmente, uma estratégia de comunicação intensa com nossos colaboradores, para que isso não fique na cabeça de duas ou três pessoas. 

“Cooperação com competição. Eu não construo um quilômetro de rede sem fazer parcerias com Claro, Embratel, GVT, Telesp, TIM ou OI”

Cortinas de fumaça

Nem mesmo as medidas mais prestigiadas de sustentabilidade empresarial conseguem refletir o melhor dos mundos. **Com a dura missão de materializar o intangível**, o futuro desses instrumentos está em aprimorar a transparência, a comunicação e a precificação

POR Carolina Derivi # COLABOROU Amália Safatle # FOTO Galápagos

Indicadores são o termômetro, não o remédio, mas há quem os confunda com o objetivo final

Ela era o modelo a ser seguido. Apenas em 2009, a empresa havia abocanhado 19 prêmios de excelência socioambiental. Era a líder disparada em termos de transparência no setor, com um dos melhores relatórios de sustentabilidade desde 2006, avaliada pelos maiores *think tanks* internacionais nesse quesito, como Global Reporting Initiative (GRI) e AccountAbility.

Tudo isso até aquele fatídico 20 de abril, em que a explosão na plataforma Deepwater Horizon, no Golfo do México, matou 11 trabalhadores e deu início a um vazamento de milhões de litros de petróleo que só seria controlado meses depois. Até aquele dia, a British Petroleum era até mesmo finalista de um prêmio concedido pelo governo americano às melhores práticas de segurança e prevenção de poluição.

A saber: o principal guia internacional de investimento ético, o FTSE4Good, e também o índice Dow Jones de Sustentabilidade, que lista as melhores empresas de capital aberto na Bolsa de Nova York

O prêmio foi suspenso, e, tão rápido quanto se possa dizer “ops”, a BP foi escorraçada dos mesmos **índices de sustentabilidade empresarial** que antes compunha com louvor.

O mesmo episódio que determinou um divisor de águas para o movimento socioambiental – a demonstração trágica de que todo esse discurso tem implicações financeiras muito concretas – também abriu caminho para uma pergunta inconveniente: o que acontece quando os melhores parâmetros e métricas do mundo da sustentabilidade não são capazes de detectar uma bomba-relógio prestes a explodir?

A admissão serena de que não se pode saber tudo, muito menos medir tudo, dificilmente exclui a discussão sobre formas de fazer avançar a transparência corporativa. No caso da BP, especialmente, as crescentes evidências de uma investigação que deve levar anos apontam para uma cultura tão estabelecida quanto oculta de cortes sistemáticos nos gastos em segurança. [1]

TOME NOTA

1 Para uma análise mais detalhada, confira o artigo *Learning from BP's "Sustainable" Self-Portraits*, de Sanford Lewis, investidor da Environmental Health Network, em corporatedisclosurealert.blogspot.com (em inglês)

Desde que o primeiro iluminado começou a esboçar os limites ecológicos do crescimento econômico, ou a questionar

a ideia de que governos possam se interessar mais pela balança comercial que pela qualidade de vida das pessoas, passando pela cobrança mais recente de que empresas devem ter responsabilidade socioambiental, os indicadores se tornaram peças-chave de toda essa conversa.

O termo pode ser muito técnico e feioso, mas os “indicadores” nada mais são do que uma proposta de concretude ao caldeirão de desejos e ideias para melhorar o mundo. São os instrumentos feitos para marcar os caminhos desejáveis e permitir que os tomadores de decisão, de chefes de Estado a gerentes empresariais, possam avaliar seu próprio desempenho durante a caminhada.

O componente duro da revolução ética a que se propõe a sustentabilidade tem tomado boa parte dos cérebros envolvidos com esse tema, incluindo algumas das mentes mais brilhantes da atualidade, como o economista indiano e ganhador do Prêmio Nobel Amartya Sen [2].

TOME NOTA

2 Saiba mais sobre as ideias de Sen na reportagem *Democracia em três atos*, na edição 40 de *Página22* em fgv.br/ces/pagina22

Para se ter uma ideia, quando o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) começou a trabalhar o relacionamento entre empresas e comunidades atingidas, em 2007, encontrou, numa primeira revisão bibliográfica, mais de 800 referências de indicadores. E isso só para o desenvolvimento local, tema muito específico e incipiente, espécie de filho mais novo no clã da responsabilidade corporativa. (*Entenda por que são tão desafiantes os indicadores de desenvolvimento local e suas possibilidades futuras, na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22.*)

O problema é que os indicadores são o termômetro, não o remédio, como gosta de dizer o coordenador do GVces, Mario Monzoni. E é fácil esquecer-se disso. Da mesma forma que um presidente pode perseguir o aumento do PIB obsessivamente como objetivo único de uma nação, os novos indicadores empresariais estão se confundindo com a própria sustentabilidade.

Isso significa que se a sua empresa segue a receita de medir, monitorar e reportar impactos, conforme os padrões mais prestigiados do mundo, está, para todos os efeitos, surfando na crista

da onda sustentável. Assim como a BP. Esse é um dilema que começa a despertar a atenção de analistas do ramo.

“A gente percebe que algumas empresas começam a focar os seus objetivos de sustentabilidade não no próprio desempenho, mas em integrar o ISE ou o Guia Exame. O que deveria ser meio acaba se tornando fim. É um desafio nosso lidar com essa questão”, diz Monzoni. O GVces participa da formulação de critérios e da avaliação das empresas tanto no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) quanto no Guia Exame de Sustentabilidade.

Para o sócio-diretor da Gestão Origami e concorrido consultor em sustentabilidade empresarial, Aerton Paiva, já é hora de buscar novos parâmetros. Quando foi contratado por um grande banco brasileiro para fazer análises setoriais, esperava-se que ele fosse se valer das métricas consagradas. Aos clientes, respondeu: “É perfeitamente possível a empresa gabaritar todos: ISE, GRI, PRI (*Principles for Responsible Investment*, da ONU), (*indicadores de responsabilidade social do Instituto*) Ethos... e ainda assim ser superinsustentável”.

Segundo Paiva, isso acontece porque toda essa primeira geração de indicadores está voltada para dentro da empresa, ou seja, para a gestão. Tratam de uma cartilha básica que inclui, com algumas variações, água, energia, resíduos, carbono, código de ética, qualidade de vida e diversidade entre os funcionários.

“Mas a sustentabilidade na prática não se materializa dessa forma. Ela se materializa sempre nos outros e não na empresa”, diz Paiva. “Pra mim, indicadores deveriam responder à seguinte questão: quais são os problemas que nós estamos evitando?”

Essa constatação dá margem a uma série de perguntas inquietantes. Uma delas é: se todas as empresas estão sendo avaliadas pela mesma régua básica, quem está monitorando – e premiando – a inovação? Ou seja, onde estão os estímulos para o espírito inventivo, capaz de gerar soluções antes inimagináveis?

O consultor acredita que o próximo passo nesse sentido será medir o desempenho pelas externalidades. Eis aí outro jargão técnico, que significa os efeitos da operação de uma empresa sobre a sociedade, sejam positivos, sejam negativos. Assim, uma empresa de construção civil, por exemplo, não precisaria

se pautar por centenas de indicadores, mas apenas por três externalidades.

São elas: o uso de recursos (o quanto foi possível reduzir em peso, ou seja, fazer mais com menos materiais); a corrupção (o quanto foi possível produzir sem ter de pagar propina para ninguém); e o déficit habitacional (o quanto foi vendido para o segmento de baixa renda).

Enquanto isso, defende o consultor, é bom que se olhe também para os outros quesitos, cujas soluções são quase sempre **economicamente vantajosas**. Mas a questão central deveria ser o problema coletivo – nesse caso, o déficit habitacional –, que só esse setor pode ajudar a resolver. “As externalidades que importam não são muitas. Mas são paradigmas gigantescos que têm de ser debatidos, repensados.”

Sonia Favaretto, diretora de Sustentabilidade da BM&FBovespa, entende que o surgimento dos primeiros indicadores foi um passo fundamental na direção de organizar uma agenda dispersa: “Eles acabam sendo instrumentos que auxiliam para além daquilo para o que foram criados. O ISE, por exemplo, é um indicador financeiro, construído para orientar o investimento. Mas foi e ainda é fundamental no auxílio à gestão, por meio de uma coisa muito estruturada e didática. Muitas empresas começaram a montar suas agendas com base no ISE”.

Paiva não hesita em reconhecer a importância dessa trajetória, mas adverte: “Acho que essa régua está ficando muito complicada. Deveríamos buscar mais a simplicidade”.

Bicho de três cabeças

A complexidade pode parecer, à primeira vista, um fardo inevitável das propostas de sustentabilidade, especialmente se confrontadas com o jargão “só se pode administrar aquilo que se pode medir”.

Um exemplo são os quase 40 anos de críticas em torno do PIB. Desde seu nascimento, o indicador mais usado para medir desempenho econômico é cercado de advertências, basicamente porque mistura num mesmo balaio coisas que são benéficas para a sociedade com outras que não são, ignorando a depreciação do capital natural e humano. No entanto, é simples, fácil de

Reduzir o desperdício, bem como o consumo de água e de energia, por exemplo

compreender, já que sua medida se dá por tudo aquilo que tem preço.

O professor da FEA-USP e especialista e ecodesenvolvimento, José Eli da Veiga, costuma dizer que tal qual um piloto de avião precisa observar diversos instrumentos num painel, quem quiser compreender o desenvolvimento sustentável vai ter de se deparar com múltiplas medidas. É necessário abrir mão de um índice sintético, a exemplo do PIB e do IDH, que seria didaticamente mais desejável, embora bem menos fiel à realidade.

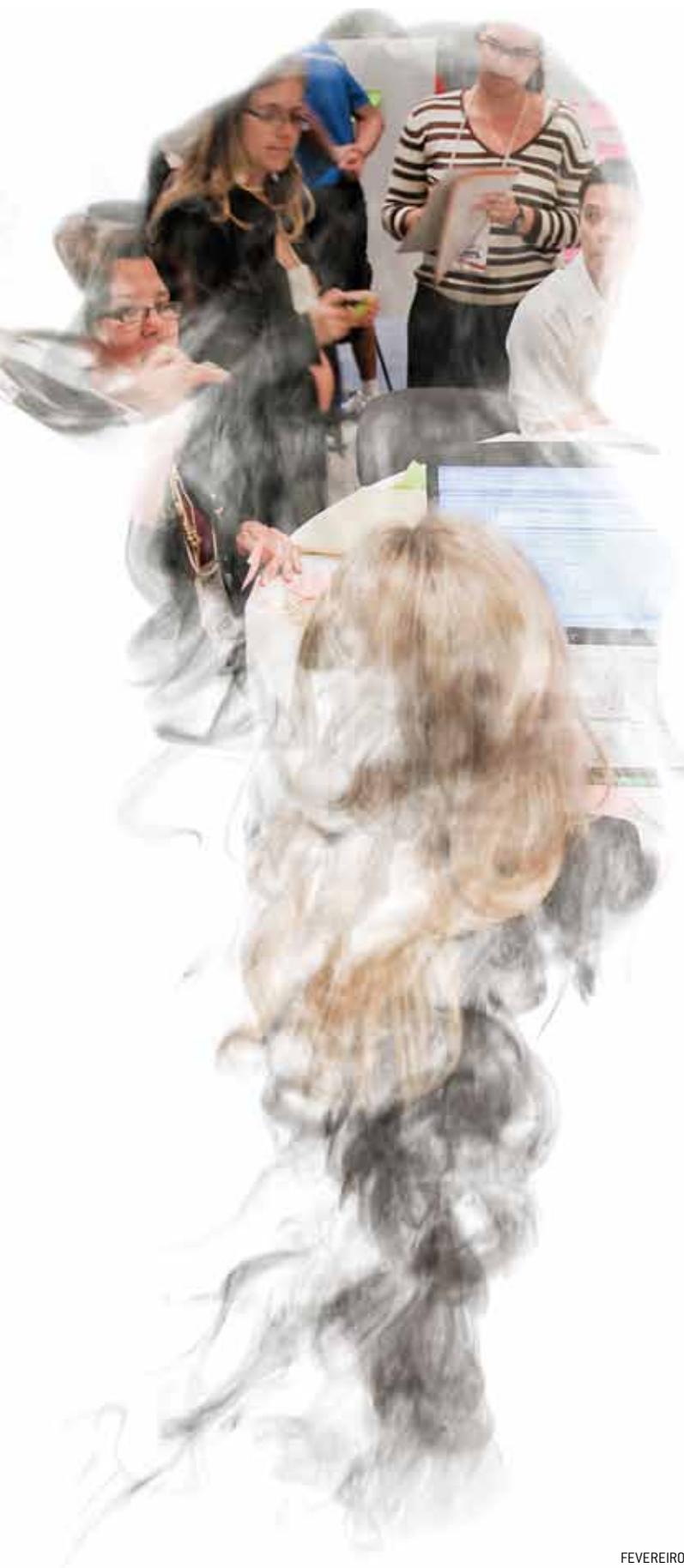
Foi isso que sinalizou a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, time de notáveis de diversas áreas do conhecimento formado após o apelo do presidente francês Nicolas Sarkozy por um novo instrumento capaz de medir o real progresso das nações. O último relatório, em 2009, recomendava uma tríade composta de um novo indicador de desempenho econômico, baseado na capacidade de consumo das famílias e não no produto, um indicador de qualidade de vida e outro de sustentabilidade ambiental, com base em medidas biofísicas. *(Saiba mais sobre a trajetória da reflexão em torno de indicadores de desenvolvimento sustentável na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22.)*

Em comum, os debates sobre indicadores de sustentabilidade para países e para empresas têm a ingrata missão de “tangibilizar” o intangível. Isso se dá em duas frentes: na tentativa de definir e quantificar o que seria a qualidade de vida – para a sociedade em geral e também para o público interno de uma empresa – e de monetizar a natureza.

Quando o relatório **Teeb**, do Pnuma, afirma que, se as maiores empresas do mundo tivessem computado os custos ambientais de suas operações, boa parte delas estaria falida, esse argumento parece ser muito mais convincente que um apelo de ordem emocional. No entanto, o professor da FEA explica que se trata de uma arbitrariedade: “Uma coisa para ter preço tem de ter mercado. Senão, você vai inventar um preço. Tem um método, mas que sempre tá querendo simular esse mercado”.

O método de valoração ambiental mais utilizado é o Disposição para Pagar (WTP, na sigla em inglês), que consiste em perguntar para as pessoas quanto elas pagariam para preservar o oceano, a floresta ou evitar a poluição, por exemplo. No entanto,

A economia dos ecossistemas e da biodiversidade, na sigla em inglês



ninguém garante que as respostas oferecidas para essa provocação hipotética se confirmariam no mundo real.

“Um juiz que precise dar uma sentença de indenização porque houve um acidente ambiental pode se valer desses cálculos. Mas do ponto de vista científico é sempre discutível”, diz Veiga. O debate, no entanto, mantém-se, principalmente no campo microeconômico. Isso porque permanece a necessidade de reformar as regras do jogo, segundo as quais as empresas que mais degradam o meio ambiente – sem custo imediato – podem também ser as mais competitivas.

Diante desse cenário, há um grupo de estranhos no ninho cada vez mais cobiçado pelo movimento em prol da responsabilidade corporativa: os analistas financeiros. Se esses gurus do mercado fossem capazes de aplicar as novas métricas de desempenho em suas recomendações de investimento, o impulso para os negócios, espera-se, seria maior.

A proposta, nesse caso, é educar a comunidade de analistas, diz Sônia Favaretto. E isso implica desenvolver novos instrumentos que precifiquem mais claramente a conduta socioambiental, em termos de geração de valor e minimização de riscos.

Não será nada fácil. Novamente, o desafio se coloca em termos de concretizar aquilo que muitas vezes é intangível. Um exemplo diz respeito à ética nas empresas e sua correlação com aspectos financeiros, conforme explica a vice-presidente da GRI, Nelmara Arbex: “Tem algumas coisas que a gente já sabe medir. Se a empresa está num país em que a legislação funciona, recebe mais multas. Se a imprensa fala muito mal dessa empresa, o valor das ações pode cair. Mas é muito difícil transformar a questão da ética numa medição de desempenho do negócio”. *(Na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22, você encontra mais informações sobre as tentativas de unir finanças e sustentabilidade.)*

Abre-te, Sésamo

Giovanni Barontini é desses especialistas que se veem às voltas com indicadores cotidianamente. No Brasil, coordena o Carbon Disclosure Project, iniciativa que ranqueia as empresas com as melhores respostas sobre gestão de carbono, requeridas

Quantificar felicidade e precificar a natureza são desafios quase insolúveis

Sem abertura de informações, só *experts* podem avaliar o desempenho das empresas

por investidores e acionistas. É também instrutor dos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos.

Para ele, uma boa reflexão está nas formas de superar o reino dos jargões de sustentabilidade, expressos em seus inúmeros indicadores: “Foi preciso criar uma especialização para que esse assunto pudesse emergir como inteligível. Mas, uma vez que eu criei isso, preciso ultrapassar, senão não consigo integrar. Eu faço dessa questão um bastião de poucos entendidos, conversando entre si”. Barontini se vale da teoria integral, do filósofo Ken Wilber, para quem toda mudança de realidade passa por três fases: a fusão, etapa em que o problema está invisível, prestes a emergir; a diferenciação, em que os vários métodos dão início à racionalização; a integração, na qual o que antes era complexo se torna inerente ao pensamento, intuitivo.

Aos “poucos entendidos” Aerton Paiva dá o nome de “burocratas da sustentabilidade”. Tal como advogados, são necessários para traduzir um universo intensamente especializado.

O pulo do gato é que você, consumidor, instado a premiar as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade, assim como você, eleitor, provocado para levar o socioambiental em conta na hora do voto, não está convidado a participar da conversa sobre as métricas que materializam toda essa agenda.

Em tempos de *wiki*, quanto mais informação bruta disponível, mais os diferentes atores têm possibilidade de sistematizar e apresentar esse conhecimento de forma que seja útil para toda a sociedade. No entanto, boa parte dos índices e rankings empresariais reserva aos candidatos a possibilidade de omitir suas informações do público.

É o caso do ISE-Bovespa e também de uma iniciativa para bancos formulada em 2005, mas que começa a sair do papel: o Protocolo de Intenções para Responsabilidade Socioambiental, apelidado de Protocolo Verde. Depois de acordados os indicadores, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) realiza neste começo de ano uma pesquisa que deverá resultar num panorama sobre as práticas de sustentabilidade do setor, mas não dará nome aos bois.

Sônia Favaretto justifica a situação com base na lógica de processo: “Nós queríamos um índice inclusivo para fazer o instrumento evoluir. Tem que ir de acordo com o mercado. Há cinco anos, o *disclosure* total de questionários talvez inviabilizasse a

participação de algumas empresas. Mas essa questão está entre os nossos objetivos estratégicos para os próximos cinco anos”.

Mario Sergio Vasconcelos, diretor de relações institucionais da Febraban, limita-se a dizer que a entidade não pode obrigar seus associados à abertura de informações. Provocado pela nossa reportagem, arremata: “Mas para isso já não existe o GRI?”

Nelmara Arbex garante que não. É um erro muito comum pensar que os relatórios de sustentabilidade darão conta de toda a demanda de *disclosure*, quando na verdade se compõem em centenas de páginas de leitura árdua. Ela cita o presidente internacional do Greenpeace, Kumi Naidoo, para quem os relatórios são como a ciência do clima redigida pelo IPCC: indispensáveis, no entanto, apenas a matéria-prima da comunicação.

“O relatório em si não é um instrumento de comunicação supersofisticado. É a base de dados. Precisa ter uma metodologia robusta por trás, mas é a cozinha. Como essa informação será utilizada e disponibilizada são dois temas quentes deste momento”, diz Nelmara.

Vem do Canadá uma proposta interessante na linha da sistematização. A empresa Big Room está gestando o projeto “eco”, um novo domínio de internet para acompanhar os tradicionais “.com” e “.org”. O mecanismo é simples: para poder usar o domínio, todo candidato (não importa se pessoa física ou multinacional) tem de tornar públicas as mesmas informações básicas: quanto consome de água e energia e quanto gera em resíduos sólidos e emissões de carbono.

É a linha mestra de todos os índices de sustentabilidade, mas sem arquivos pesados para baixar e textos longos para ler. E ainda ajuda a criar um senso de comunidade verde na internet. Depois de um longo processo de consulta pública, a Big Room deve lançar o “.eco” este ano, quando a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Icann) abrirá uma janela para cadastro de novos domínios.

Outra iniciativa digna de registro é a ISO 26000, norma internacional de Responsabilidade Social, não certificável, fruto de um acordo global que tomou oito anos. Está longe de ser um mecanismo tão enxuto quanto o “.eco”, mas é provavelmente a mais completa sistematização dos princípios e indicadores dessa área.



“A gente acha que tem pelo menos cinco grandes grupos de usuários. O primeiro são os dirigentes empresariais que querem atualizar ou verificar a qualidade de suas estratégias. Outro grupo é daqueles profissionais de responsabilidade corporativa que precisam de respaldo para defender suas agendas. Mas a norma também atende a sociedade civil, os Legislativos, a Academia e a imprensa, que precisam de um ponto de partida para suas análises”, explica Aron Belinky, secretário-executivo do Grupo de Articulação das ONGs para a ISO 26000. (*Saiba mais em uniethos.tempsite.ws/iso26000*)

Questão de alma

Giovanni Barontini andava incomodado com a história de que o setor privado investe cerca de R\$ 3 bilhões por ano em ações que vão da filantropia à responsabilidade social no Brasil, e, mesmo assim, constata-se poucos avanços. Depois de uma temporada na Índia, voltou convencido de que o foco deveria ser outro.

“De que adianta entregar indicadores, códigos de ética e outros instrumentos se não se trabalha a cultura organizacional e os valores dos indivíduos que fazem parte da empresa?”, questiona. Sua opinião é amparada pelo pesquisador Carlos Eduardo Lessa Brandão, cuja tese de doutorado trata desse tema: “No fundo, o que falta às empresas é senso de urgência. Se você está prestes a ser atacado por um animal, não vai ficar medindo a força do impacto, o diâmetro da mordida. Vai é fugir”.

Aerton Paiva discorda. Para ele, o que falta é dar um viés de negócio às estratégias de sustentabilidade e trabalhar nas medidas que demonstrem essa correlação. “Se não tem sentido econômico, volta para a prancheta”.

Se a questão é de alma ou de métrica, trata-se de um debate sem fim. Ambos os lados falam a dimensões humanas por excelência. Mas há mais um componente, bem conhecido do comportamento humano comum, que une as duas coisas. Quem pergunta a Paiva qual é o melhor instrumento para monitorar e implementar sustentabilidade ouve a resposta pronta: “Bom senso”. **zzz**

A regra, não a exceção

Consolidado como ferramenta de gestão e indutor de boas práticas empresariais, o ISE agora enfrenta o desafio de se tornar *benchmark* do mercado de capitais e referência para a indústria de fundos no País

“Afinal, qual é o papel do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial, da BM&FBovespa): ser uma ferramenta de gestão e indução de boas práticas empresariais, ou se constituir em um instrumento do mercado de capitais?” Essa foi a inquietação de um participante dos **Diálogos do ISE**, uma das atividades realizadas no quinto ano de existência do índice. Criado em dezembro de 2005, o ISE foi o quarto índice de sustentabilidade a ser lançado no mundo, precedido pelo Dow Jones Sustainability Indexes (1999), FTSE4Good (2001) e Johannesburg Stock Exchange (2003).

Fomentar as discussões sobre sustentabilidade empresarial, promover o engajamento de partes interessadas, colher informações sobre os benefícios trazidos pelo ISE e traçar coletivamente cenários futuros desejáveis foram os principais objetivos do ciclo de diálogos. A reflexão baseou-se em três questões centrais: qual o papel do ISE e suas contribuições nos últimos cinco anos, quais os desafios e obstáculos enfrentados nesse período e qual a contribuição esperada para os próximos cinco anos, além de procurar apontar coletivamente possíveis caminhos para chegar lá.

A partir dos resultados obtidos, o **Conselho Deliberativo do ISE** (CISE) definiu um conjunto de objetivos estratégicos que permitirão estabelecer metas e desenhar um plano de ação para o seu alcance nos próximos anos. Esses objetivos estão relacionados à maior abertura de informações ao mercado, ao aumento da participação das empresas no processo de seleção, ao crescimento do volume de recursos investidos e dos produtos atrelados ao ISE, ao fortalecimento dos canais de comunicação e diálogo com as partes interessadas e ao

contínuo aperfeiçoamento dos processos e da metodologia.

Desde seu lançamento até o dia 31 de dezembro, o índice acumulou variação positiva de 109% – alguns pontos percentuais abaixo do principal e mais antigo índice do mercado de ações brasileiro, o Ibovespa, que se valorizou 117% no mesmo período. Em alguns momentos, o ISE superou a rentabilidade acumulada do Ibovespa, chegando a 11 pontos percentuais acima do irmão mais velho durante a crise de 2008. Trata-se de um resultado expressivo, ainda mais levando-se em consideração as peculiaridades do mercado de ações brasileiro, como tamanho, liquidez e concentração.

Mas, apesar de importante, esta não foi a única conquista alcançada durante esse período. Os diálogos mostraram que o índice de sustentabilidade brasileiro tem um papel de destaque no maior país ao sul do Equador. Nos últimos anos, o avanço das empresas brasileiras no seu alinhamento estratégico com a sustentabilidade e na adoção de práticas relacionadas ao tema tem sido significativo.

Claramente, esse avanço não se deve a um único fator, mas a um conjunto de pessoas e iniciativas que estão ajudando a transformar as organizações e a maneira como estas se relacionam com seus diferentes públicos. O ISE faz parte desse grupo de iniciativas.

Na sua concepção, foi definida como missão do índice: “Induzir as empresas a adotar as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos”. Isso responde, em parte, à pergunta sobre o papel do ISE. Ao mesmo tempo que constitui uma ferramenta de gestão e de indução de boas práticas empresariais, é também um instrumento

do mercado de capitais. Ele tem esses dois papéis, que são complementares. O primeiro, de acordo com a visão de especialistas e das próprias empresas, tem sido cumprido satisfatoriamente. Já o segundo papel representa o principal desafio do índice a partir de hoje.

A participação no processo de seleção do ISE contribui para internalizar o tema e criar uma nova cultura nas corporações, incentiva o estabelecimento de compromissos e induz as empresas a adotar práticas. O que, segundo uma delas, no início parecia ser um “processo trabalhoso e cansativo de responder a um vasto e detalhado questionário”, mas acabou se tornando uma “valiosa ferramenta de gestão, que aponta caminhos”.

Muitas companhias já percebem esse valor e a cada ano esperam para conhecer em detalhes seu desempenho e, com isso, definir prioridades e programar novas ações para o próximo ciclo, em um processo contínuo de melhoria. “O ISE não nos deixa ficar parados: a cada ano, identificamos um conjunto de ações, definimos as prioridades e nos esforçamos para implementá-las”, declara um diretor cuja companhia há vários anos integra a carteira ISE.

Há o entendimento de que o ISE induz à formalização, seja de compromissos, políticas, seja de processos; estimula o engajamento e a colaboração entre diferentes áreas das empresas; contribui com a consolidação de ações e a organização de informações referentes à sustentabilidade.

Os diálogos mostraram haver consenso de que o ISE é uma importante referência em sustentabilidade no Brasil. Essa foi também uma das conclusões de um estudo realizado em 2010 pela International Finance Corporation, braço privado do Banco Mundial [1]. Além de ser membro do CISE, a IFC teve um importante papel na constituição do índice, por meio do apoio financeiro para o desenvolvimento da metodologia, sob responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes.

TOME NOTA

1 O estudo intitula-se “Evaluation of the impact of the BM&FBovespa Sustainability Index on the responsible practices of Brazilian corporations”, 2010. Confira os resultados em: www.bmfbovespa.com.br/empresas/download/Bava-BMFBovespa-Presentation.pdf

Diferentemente dos seus “primos estrangeiros”, o ISE conta com um processo participativo para a elaboração e revisão

Atualmente, existem sete dimensões: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Ambiental, Social e Mudanças Climáticas

do seu questionário, instrumento por meio do qual as empresas são avaliadas. O questionário possui cerca de 150 perguntas, agrupadas em Indicadores, Critérios e Dimensões, que procuram avaliar os mais diversos

aspectos da sustentabilidade empresarial. Por meio da análise das respostas, identifica-se o grupo de empresas que estão mais avançadas e aptas a compor a carteira.

Mas é no cumprimento do outro papel do ISE que residem os maiores desafios: tornar o ISE o *benchmark* do mercado de capitais, fazendo com que seja a referência da indústria de fundos no País, não apenas daqueles classificados como **ISR**, mas dos fundos em geral. Houve avanço nesse sentido, já que, após o lançamento do índice, foram criados novos fundos atrelados ao ISE.

Entretanto, o volume de recursos nesse tipo de fundo representa uma fração muito pequena e estável do total, em oposição à tendência crescente que se observa nos Estados Unidos e na Europa. A questão é atrair o investidor, convencê-lo da importância de considerar os aspectos sociais e ambientais

O Investimento Socialmente Responsável (ISR) leva em consideração a análise de aspectos que vão além dos econômico-financeiros

na decisão de investimentos e incluí-los na análise das empresas.

É uma mudança cultural a inclusão dessas questões na rotina dos analistas, para que se torne a regra, e não a exceção. A dificuldade também está em convencer os investidores sobre os benefícios dessa abordagem. Alguns contra-argumentos giram em torno da “falta de uma relação clara de causa-efeito”, ou seja, a falta de comprovação de que as ações de empresas que participam dos índices se valorizam mais do que as das outras.

Existem argumentos de que a grande vantagem reside na diminuição dos riscos. Ou seja, empresas comprometidas, que dialogam com seus públicos, têm excelência na gestão, investem em inovação e tecnologias para preservar os recursos naturais, minimizam seus impactos negativos e repartem de maneira equilibrada os benefícios de suas atividades, estão menos sujeitas a “intempéries” e, portanto, os investidores têm mais garantia de retorno dos seus investimentos. Os modelos econômicos utilizados não conseguem capturar e internalizar os custos desses impactos negativos, que acabam imputados à natureza e à sociedade como um todo. Talvez a alternativa, enquanto não mudamos nosso paradigma econômico, seja “perder um pouco a ‘vergonha’ – nas palavras de um participante do ciclo de diálogos – e assumir que existem os valores ambiental e social, mesmo sem estarem refletidos no valor econômico”. Ou seja, uma maior aceitação e valorização dos intangíveis.

Um caminho para fortalecer o ISE seria que mais analistas utilizassem em suas análises as informações coletadas no processo do ISE. Para isso, **é necessário que as companhias se disponham a compartilhar suas informações. Pode parecer uma proposta “revolucionária”, mas partiu de uma empresa.** Isso evita que cada analista tenha de fazer a mesma pesquisa, elaborando questionários próprios e encaminhando às empresas, que acabam tendo muito mais trabalho para responder às perguntas.

Esse processo depende do amadurecimento da nossa sociedade como um todo, mas representa um nível de transparência que podemos almejar, quem sabe em um futuro não tão distante. **22**



Navegando entre o luxo e o lixo

Cruzeiros marítimos exercem um impacto ambiental bem maior do que se imagina. A boa notícia é que há uma série de iniciativas para reduzi-lo

Com 360 metros de comprimento e uma altura de 65 metros acima do nível da água, o *Allure of the Seas* é o maior navio de cruzeiros do mundo. Graças a um investimento de US\$ 1 bilhão, ele oferece atrações quase surrealistas: um gramado com árvores de porte, inspirado no Central Park, de Nova York, paredes rochosas, riques de patinação, 26 restaurantes e cafés, e piscinas com simulação de ondas. O navio da Royal Caribbean tem capacidade para 5.400 passageiros e fez a sua primeira viagem no início de dezembro, na região do Caribe.

Cidades flutuantes como esta podem dar a impressão de interagir pacificamente com a natureza, já que ligam um ponto a outro sem queimar combustível de aviação. Grande engano. A exemplo das cidades em terra firme, os cruzeiros oferecem toda sorte de riscos ambientais, da geração de lixo e esgoto ao alto consumo energético e à destruição da biodiversidade local. Cruzeiros também têm alto impacto sobre as praias, os bancos de corais e as áreas de reprodução de peixes.

A Amigos da Terra calculou o passivo ambiental dessa indústria e concluiu que um cruzeiro típico, de uma semana, gera mais de 50 toneladas de lixo, 3,8 milhões de litros de águas servidas (vindas da cozinha, dos chuveiros, da lavanderia), 795 mil litros de esgoto e 95 mil litros de água contaminada com óleo. Em média, cada passageiro produz 3,5 quilos diários de lixo – cerca de quatro vezes mais que um cidadão em terra. “Estas cidades flutuantes vão para lá e para cá

nas nossas águas, eliminando substâncias tóxicas devido ao gigantesco volume de resíduos que produzem”, declarou Marcie Keever, diretora da Campanha de Navios Limpos da entidade, ao jornal *The New York Times*. “Elas definitivamente têm condições de reduzir seu impacto e têm a capacidade financeira para tanto.”

Esse tipo de viagem também produz um grande volume de gases-estufa. Segundo a Climate Care, uma empresa inglesa especializada na compensação de emissões de carbono, os cruzeiros emitem quase o dobro de dióxido de carbono que as viagens de avião por quilômetro percorrido por passageiro. Isto sem contar que muitos viajantes voam para o porto de embarque, aumentando ainda mais sua pegada ecológica.

Não se trata de um problema menor, já que a indústria de cruzeiros é uma das que mais prospera no mercado do turismo. Cerca de 13,5 milhões de pessoas participaram de cruzeiros marítimos em 2009 – e esse número tem crescido a uma média de 7,2% ao ano ao longo das últimas duas décadas.

A boa notícia é que o problema tem despertado a atenção de autoridades e de não governamentais em vários países e as empresas começaram a se mobilizar para reduzir os seus impactos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o estado da Califórnia impôs a utilização de óleo com baixo teor de enxofre ao longo de sua costa, em substituição a opções mais baratas e poluentes. O país também está discutindo um projeto de lei que poderá proibir o descarte

de esgotos e águas servidas sem qualquer tratamento a menos de 12 milhas do litoral.

Além disso, a Amigos da Terra criou um instrumento para orientar consumidores norte-americanos mais conscientes: lançou um guia que avalia os impactos sobre a saúde e o meio ambiente de diversas linhas de cruzeiros que atuam no país [1].

TOME NOTA
1 **Acesse, em inglês, o guia em: www.foe.org/cruisereportcard.**

No Brasil, existe um esforço para ampliar o controle dos navios que visitam Fernando de Noronha. Recentemente, o Ministério Público Federal pediu à agência ambiental de Pernambuco, a CPRH, que suspenda todas as visitas de transatlânticos ao arquipélago e repasse a competência de emitir novas licenças ao Ibama – e que estas ganhem uma análise de impacto com o rigor devido.

A indústria dá indícios de que está começando a responder à pressão. Iniciativas de separação de resíduos para reciclagem, substituição de combustíveis e melhoria nos sistemas de tratamento de efluentes a bordo são cada vez mais frequentes. “Nosso trabalho é inspirado pela beleza dos oceanos”, declarou recentemente Howard Frank, presidente da Cruise Lines International Association (Clia), a associação que representa o setor. “Estamos investindo para manter o meio ambiente nas condições intocadas em que o encontramos.” É uma decisão sábia – todo o luxo do mundo será incapaz de sustentar esta indústria se já não houver golfinhos, corais ou água limpa. **zz**



Sinal dos ventos

Ao redó da minha casa tinha uns vagalume que foro sumindo, sumindo, sumindo. **Isso foi indicação de que os carro tavo chegando, chegando, chegando.** E os carro viraro os vagalume movido a gasolina

Só esse sutaque e esse jeito de falá faz parecê que eu num sô de onde você é. Esse jeito de querê sê, que não dá pra sê aqui, só procurando ôtro lugá. Mas onde? Esse negócio de terra virá concreto, árve virá prédio, água cristalina virá lama, geleira virá mar, amô virá dinheiro, progresso surgir a qualqué custo, chuvê mais que a rua aguenta, desperdício de recurso. A gente nova que chega, que a gente velha bota no mundo, acha que as coisa é natural. E cada sinal que a gente tem na cidade nos distancia da natureza.

Daqui a poco o chão do planeta vai tá tomado por completo de cimento, e eu vo tê que desenhá minhas pegada com photoshop, pra indicá que eu passei por ali. Imagina que um homem famoso na mídia conhecia o pi-pi-pi que o microonda faz quando a comida tá pronta. Também a diferença entre o som do telefone celulé do chefe, ou do aparelho da esposa. Contudo, desconhecia o barulho da coruja e do largato. Não conseguia bem distingui entre o que pia o bem-te-vi e o João-de-barro. O vento que traz chuva e o que espanta.

Ele sabia que as cor da Coca-Cola são vermelho e branco; as da Pepsi, vermelho, branco e azul. O logotipo da Apple uma maçã, o da Microsoft uma janela. Sabia tudo isso, mas não identificô na face dum amigo a marca da expressão de quem precisava de ajuda.

Não compreendeu, na sutileza desenhada nos gestos dos filhos, que as criança queriam mais tempo pra brincar com o pai.

O supermercado é ôtro grande desensinadô. Os alimento já tão colhido, ninguém precisa cuidá do solo, da planta, pescá, tirá a maçã do pé. Tem gente que não sabe colhê laranja, nem a importância de mantê o equilíbrio da natureza pra continuá a servi salada na mesa. Deixa de colocá abóbora no prato porque não sabe descascá. Usa tesoura pra abri mexerica. Quebra a cabeça com coco. Daqui a poco vão comê casca de banana achando que o que tem dentro é caroço. Abri latinha de cerveja é fácil. Quero vê tirá a casca da jaca.

Sem contar as comida que não são as comida que diz ser. A batata de churrasco, o pó que é tempero de frango, o molho que tem gosto de tumate – proporcionado pelas substância química. Deve ter gente achando que leite vem da caixa de papel. E o que falá da cabra e da vaca?

Engraçado esse povo que chega ao *shopping* sabe, pelo sinal que for, reconhecê o caminho que leva até a loja da Calvin Klein, da Carolina Herrera, da Ralph Lauren. No entanto, fica sem saber em que direção está a Mata Atlântica ou a Caatinga. Não sabe onde é melhor plantá feijão ou melancia. Em que lugar o tico-tico gosta de fazer seu ninho, o morcego prefere voá. Fica em dúvida pra dizê qual folha é da

amendoeira, jatobá ou pau-brasil. Se as pétalas são de begônias, calêndulas ou gérberas. Tem que comprá livro ou ir ao museu pra conhecê, porque perdeu o contato no dia a dia.

Antônio Conselheiro disse em Canudos que o sertão vai virá mar e o mar vai virá sertão. Às vezes penso se o terreno baldio na frente de casa vai virá estacionamento ou vai virá um espigão de concreto, que vai dar com a cobertura lá no céu. Apareceram uns operário na semana passada, o que é sinal de que alguma coisa vai crescê ali.

Ao redó da minha casa tinha uns vagalume que foro sumindo, sumindo, sumindo. Isso foi indicação de que os carro tavo chegando, chegando, chegando, na rua de terra depois pavimentada. E os carro viraro os vagalume movido a gasolina. No começo eu achei que era a lua cheia, mas os dias passou, a lua mingou e os automóves continuaro. Então vi que para andarem não era situação de lua cheia, mas de tanque.

Só esse sutaque e esse jeito de falá faz parecê que eu num sô de onde você é. Faz só parecê, porque na verdade eu sô, sim. **Quem entendeu que sô diferente, entendeu errado. Num é imitação de sutaque do homi do campo, não. Sô tanto urbano.** É que essa distância da origem e da natureza às vezes faz a gente querê desconstruir até mesmo a ordem gramatical, como se na tentativa de retorná a um estágio primário, sem os vício indicados pelo progresso.

A cidade cansa, é bruta. As mais desenvolvida dificultam o relacionamento humano. Estabelecem uma rotina que desgasta a espécie. E se você de vez em quando não se der a chance de subvertê nem mesmo a linguagem com a qual define o mundo, isso é capaz de ser um indício de que o mundo pode subvertê você. **zz**





Corpo livre

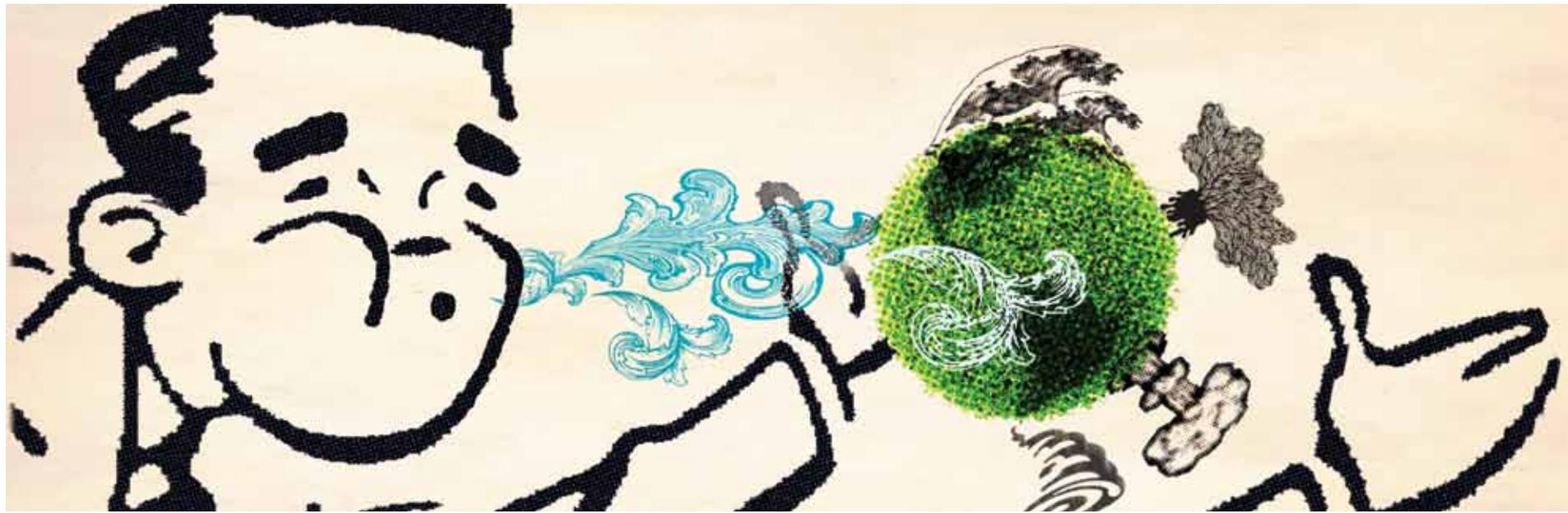
FOTOS Edson Luciano # TEXTO Amália Safatle

No que deu o mundo? A infância é moldada (roubada) por uma rotina de atividades e obrigações ditada pelos adultos. Os pés da gente andam encapsulados em sapatos, sem sentir a terra e as deliciosas imperfeições de sua superfície. Como um filme de PVC, a roupa é a película que separa nossa pele de tudo o que nos cerca. Enquanto a gente se julga protegido, deixa de se contaminar pela vida.

Esses pensamentos invadiram a cabeça do fotógrafo Edson Luciano quando imaginou pés que pudessem, plenamente, ser pés. Pisando o chão da cidade, da estrada, da praia. E então fez imagens em que aparecem grandes, na proporção de um corpo. Porque a aspiração é mesmo a de um corpo livre, nu, pleno. Solto e ao mesmo tempo integrado neste mundo. <#>







Uma chance para o futuro

Apesar das perspectivas sombrias sobre o que ainda está por vir, a catástrofe não é o único final possível, mesmo na ficção científica. Na arte como na vida, mais do que nunca precisamos de visões que unam cautela e esperança

Faz um tempo que decidi que basta, não quero mais encher olhos, ouvidos e mente com futuros apocalípticos, imagens do mundo sem nós ou os mais diferentes tons do armagedom. Claro, fica difícil ir ao cinema – onde reina uma profusão de catástrofes, *zombies*, heróis solitários em paisagens devastadas – ou mesmo assistir ao telejornal. Mas eis que, do reino da ficção científica, ergue-se uma voz: precisamos de utopias!

O britânico Charlie Stross, autor de duas dúzias de livros do gênero, explica por quê. “O consenso sobre o futuro que lemos na mídia e para o qual nos dirigimos é um nevoeiro turbulento, assaltado por demônios semiavistados: mudança climática, exaustão de recursos, pico do petróleo, extinção em massa, colapso da cadeia alimentar no oceano, superpopulação, terrorismo, estrangeiros que querem roubar nossos empregos”, Stross, que mora na Escócia, discorreu em seu blog [1]. “Não é um bom lugar para se estar; se o passado é outro país, a visão consensual do

futuro atualmente se parece com uma favela com esgoto correndo nas ruas.”

TOME NOTA

1 Leia o post de Stross em <http://www.antipope.org/charlie/blog-static/2010/12/utopia.html>

Faz sentido que o clamor por visões mais positivas venha da ficção científica, afinal trata-se do gênero que explora possibilidades alternativas, sempre em conexão com os impactos de inovações na ciência ou tecnologia em um cenário futuro. Ou, como definiu a canadense Margaret Atwood, autora do brilhante *Oryx e Crake*, entre outras obras de ficção científica: “É a porta para a parte mais sombria e também a mais iluminada de nosso mundo imaginativo; é um mapa do que mais desejamos e também do que mais tememos”. Aponta para o que faríamos se pudéssemos”.

Nada de Pollyannas

“Utopia – um país fictício com sistemas legal e sociopolítico perfeitos – é, claro,

ficção. É uma ferramenta polêmica mais bem usada como lente para examinar nossas ideias e como gostaríamos de viver”, escreveu Stross. Embora seja ela mesma ficção, a utopia é veículo pobre para a ficção: por ser perfeita, não se presta à tensão dramática e, pior, é persistente, não se esvai para dar lugar a algo diferente.

Apesar disso, Stross não está sozinho a pedir por visões otimistas, especialmente na ficção de futuro próximo, aquela que se passa nas próximas décadas e forja uma conexão com a vida do leitor. Em março de 2010 foi publicada *Shine: An Anthology of Optimistic SF* (Solaris Books), uma antologia de ficção científica otimista. Seu editor, Jetse de Vries, explicou: “O otimismo que busco é do tipo em que o futuro é melhor do que hoje. Não uma Pollyanna irracional, mas um futuro tão complicado e com escalas de cinza como hoje, onde pelo menos algum progresso suado é feito, onde as coisas mudam – mesmo com alguns sacrifícios – para melhor”.

Segundo De Vries, os autores lançam mão de várias desculpas para evitar cenários otimistas, a mais usada delas a de que neles falta tensão dramática. Para Kim Stanley Robinson, autor da *Mars Trilogy* – série de novelas dos anos 90 sobre a colonização de Marte com uma visão quase utópica –, trata-se de desculpa de “gente branca com a barriga cheia”. “Minha sensação é que, se

estivessem famintos e doentes e vivendo em barracos de papelão [*os autores*], estariam mais dispostos a dar uma chance à utopia”, disse. Robinson garante que, se alcançássemos uma civilização sustentável, não faltaria drama: “Ainda haveria amor perdido, ainda haveria morte”.

Usar o artifício, como fazem muitos autores, de “pular” o próximo século e se aninhar nos confortos da ficção espacial não é válido, na visão de Robinson. “Sem incluir o próximo século, a conexão histórica imaginada entre agora e então se quebra, e a ficção espacial se torna um tipo de fantasia. Precisamos imaginar a coisa toda.”

Futuro legado

O futuro imaginado, porém, é carregado de passado. O escritor escocês Ken MacLeod faz uma analogia com a tecnologia da informação e o chamado “código legado”, código escrito por alguém que não está mais disponível e para o qual não há notas ou explicação, o que complica a vida dos programadores atuais. No caso da ficção científica, há o “texto legado” – todas as histórias de ficção científica que influenciam a história que um autor escreve. “A maioria de nós tem imagens *default* do futuro que vêm de *Star Trek* ou *2001* ou *1984* ou *Dr. Who* ou filmes catastróficos ou jogos de computador”, escreveu MacLeod. “Essas

imagens interagem com a inclinação a projetar tendências diretamente para o futuro.” E, assim, o futuro acaba parecendo uma extensão do passado.

O futurista Jamais Cascio lembra que todos temos um tipo de “código legado” cognitivo: “Recebemos futuros legados nos negócios devido a estratégias e planos velhos, na política com orçamentos e projeções velhas, e no ambientalismo com análises antigas”. Assim como o “código legado” dificulta a vida dos programadores, os futuros legados complicam a tarefa de autores de ficção e pensadores do futuro, diz Cascio. “Não apenas temos que descrever um futuro surreal, mas plausível, que se coaduna com o pensamento atual, temos também que descobrir como lidar com as visões passadas do futuro que ainda colonizam nossas mentes.”

O futuro legado pode ser visto, segundo Cascio, nas projeções de população que não levam em conta as tecnologias que estendem a vida produtiva e a expectativa de vida; nas visões de um futuro sustentável remanescentes da vida comunitária dos anos 70; nas previsões de um futuro viável que excluem a necessidade de lidar com desastres ambientais.

Não dá pra rebobinar

Nos anos 60 e 70, apesar da ameaça nuclear e da Guerra Fria, as histórias sobre o futuro previam o avanço da tecnologia, a exploração espacial e a formação de civilizações avançadas em colônias extraplanetárias. Mas o fracasso dos voos espaciais tripulados roubou o sentido de tais representações, diz a escritora e crítica Jo Walton.

Ela também credita a falta de cenários otimistas à reação às mudanças climáticas. “Muito mais do que a ameaça de aniquilação nuclear, elas parecem trazer consigo um anseio puritano por uma vida mais simples e verde, e a correspondente desconfiança da ciência e, especialmente, do progresso”, escreve Jo Walton. “Não é a realidade das mudanças climáticas o problema, mas a mentalidade que vem com ela. Se você sugerir a algumas pessoas que pequenos reatores nucleares, modernos e limpos, são uma

boa maneira de gerar eletricidade, elas se contorcem de horror.”

Por fim, especula ela, há o fato de que a tecnologia se tornou complicada e misteriosa para o cidadão comum e, por isso, as pessoas preferem olhar para trás, para um tempo em que a tecnologia era compreensível e feita de bronze. Feliz ou infelizmente, não andamos para trás, e as histórias que inventamos sobre o futuro – há milhares e somos viciados nelas – acabam influenciando o aqui e agora.

Foi o que perceberam pesquisadores envolvidos na elaboração da *Avaliação Ecosistêmica do Milênio*, estudo do estado dos ecossistemas globais divulgado em 2005. Os cientistas construíram cenários para tentar prever como diferentes políticas afetariam os homens e os recursos que extraem do meio ambiente. Segundo Steve Carpenter, da Universidade de Wisconsin, cenários nada mais são do que “uma série de histórias sobre o futuro, derivadas de processos colaborativos e modelos, desenhadas para integrar diferentes perspectivas” e abordar questões complexas. “Para se livrar de armadilhas, as pessoas precisam de histórias positivas do que o futuro pode ser, e de alertas bruscos sobre caminhos perigosos”, escreveu [2].

TOME NOTA

2 Leia mais em <http://rs.resalliance.org/2008/04/30/scenarios-and-resilience>

Caminhos perigosos abundam, mas os riscos que inevitavelmente aparecerão não devem nos impedir de acreditar em futuros melhores, afirma Jamais Cascio. Ele defende que os pensadores do futuro adotem “um discurso que trate o medo de resultados perigosos como uma preocupação real e significativa, algo que não pode nem ser descartado como pessimismo nem tratado como a única verdade”. Tal discurso, acrescenta ele, poderia até reabilitar o conceito de progresso – a ideia de que, como civilização, aprendemos com nossos erros e somos capazes de tornar o futuro melhor do que o passado. Dificilmente alcançaríamos a fictícia utopia, como quer Charlie Stross. Mas, com uma visão em que convivem cautela e esperança, talvez fosse mais fácil acreditar que ainda há um futuro que vale construir. [2]

Na ordem do ano

PÁGINA 22 identificou quatro assuntos que estarão na crista das discussões socioambientais em 2011. E mais quatro que, se não estiverem, precisam entrar nesta agenda, pela importância que têm

por Carolina Derivi, Eli Ridolfi, Eloisa Beling Loose e José Alberto Gonçalves

Código Florestal: chega de defensivas

O bordão “a luta continua” é bem apropriado para a disputa em torno do Código Florestal em 2011, mas com alguns novos contornos. Embora o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) garanta que o projeto de sua relatoria entra na pauta em março, a derrota no fim de 2010 que impediu o regime de urgência escancarou uma bancada ruralista nem tão poderosa assim.

As lideranças de PV e PSOL conseguiram impedir a votação na base da manobra regimental. Ameaçaram obstruir até o aumento de salário dos deputados, segundo relato do Instituto Socioambiental. O deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que orquestrou o requerimento de urgência com vistas à presidência da Câmara, viu o apoio de seu partido migrar quase que instantaneamente para a candidatura de Marcos Maia (PT-RS).

Mas a principal novidade de 2011 deve ser uma mudança de postura por parte de ONGs, cientistas e até do governo. Ambientalistas atuantes em Brasília afirmam que o tempo de ficar apenas na defensiva acabou. Os esforços estão concentrados em apresentar uma proposta alternativa de reforma do Código Florestal e algumas concessões – embora não contem com apoio irrestrito –, já se anunciam como viáveis. É o caso da manutenção

das plantações de café, arroz e frutas em regiões consolidadas de encostas e margens de rios e também da somatória de reserva legal às áreas de preservação permanente para efeito de regularização, desde que as áreas sejam contíguas. Um relatório com recomendações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também está sendo aguardado.

O Ministério do Meio Ambiente, que vinha trabalhando em um projeto alternativo a portas fechadas, começou o ano abrindo conversas com ambientalistas em Brasília. A ideia é que o novo projeto, uma vez formulado com o apoio de organizações sociais e científicas, seja encampado pelo próprio governo. Segundo PÁGINA 22 apurou, o rascunho está na mesa da Casa Civil e caberá ao ministro Antonio Palocci negociar o consentimento das pastas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Minas e Energia. Haverá coragem de se desconsiderar a recente tragédia na Região Serrana no Rio? Como mostra nota à página 10, as Áreas de Proteção Permanente são essenciais na prevenção de desastres. (CD)

Clima: e o plano de adaptação?

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) terá um ano repleto de negociações entre governo, empresas e sociedade

civil para o detalhamento de planos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa na Amazônia e no Cerrado e em mais de dez setores econômicos. O roteiro para as negociações dos planos setoriais é o Decreto nº 7.390, que foi assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de dezembro, regulamentando a Lei nº 12.187, que instituiu a PNMC.

Trata-se de um decreto bastante genérico e praticamente omissivo sobre o tema da adaptação à mudança climática, que se tornou mais premente diante da tragédia dos deslizamentos na Região Serrana, no Rio de Janeiro. Seu conteúdo é voltado principalmente para os planos de mitigação de gases de efeito estufa que deverão ser formulados pelos ministérios em consulta com entidades do setor privado e da sociedade civil.

O prazo para concluir a elaboração dos planos setoriais é 15 de dezembro, mas o governo prevê terminar, até junho, cinco que já estavam em desenvolvimento no ano passado: os de combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia Legal e no Cerrado, e os das áreas de energia, agricultura e siderurgia (substituição de carvão vegetal nativo pelo de florestas plantadas). Além dos cinco, o decreto prevê a elaboração de planos para inúmeros ramos da indústria e os setores de mineração, transporte e saúde.

Dos planos programados para junho, o mais controverso é o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), produzido rotineiramente pela Empresa de Pesquisa Energética para estimar demanda e oferta de energia elétrica nos próximos dez anos. “O PDE não é um plano de mitigação, não foi concebido como tal e muito menos discutido abertamente com a sociedade”, dispara Carlos Rittl, coordenador de mudanças climáticas e energia do WWF-Brasil.

Por trás da crítica do ambientalista encontra-se um impasse de difícil solução a curto prazo. Enquanto ambientalistas priorizam eficiência energética e energias alternativas como eólica, biomassa e solar, o Ministério de Minas e Energia vê na expansão hidrelétrica na Amazônia a principal solução para a crescente demanda energética de uma economia que continuará crescendo em torno de 5% ao ano ao longo desta década. (JAG)

Resíduos sólidos: a logística do lixo

O Brasil, finalmente, começa a implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de agosto de 2010, após quase duas décadas de tramitação no Congresso Nacional. Regulamentada pelo Decreto nº 7.404,



FOTO: SBC/NU

assinado pouco antes do Natal pelo ex-presidente Lula na Expocataadores, em São Paulo, a nova política contempla três diretrizes particularmente inovadoras para a gestão do lixo no país: **logística reversa**, fim dos lixões a céu aberto até 2014 e participação das cooperativas de catadores na coleta seletiva.

No caso da logística reversa, um comitê orientador formado por cinco ministros será criado este mês com a finalidade de negociar acordos setoriais com metas e prazos para a adoção da medida na indústria, no comércio e no setor de serviços. Segundo Sérgio Gonçalves, diretor de meio ambiente urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a prioridade para 2011 é implantar a logística reversa nos setores de embalagens, lâmpadas e eletroeletrônicos. A logística reversa já é praticada há algum tempo, em graus variados de cobertura, pelas indústrias de agrotóxicos, óleos lubrificantes e pilhas e baterias.

Outro pilar da PNRS é o plano nacional de resíduos sólidos, que conterà metas, programas e instrumentos econômicos para apoiar os municípios na árdua tarefa de extinguir os lixões a céu aberto, por meio de investimentos em aterros sanitários e coleta

seletiva. A versão preliminar do plano deverá estar pronta até junho, quando será colocada em consulta pública. A expectativa do governo é de que a versão definitiva esteja aprovada até o fim do ano.

Estados e municípios também deverão formular seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos até 2012. Apenas os que aprovarem seus planos serão beneficiados por programas federais de incentivo à coleta seletiva e à implantação de aterros sanitários.

Mas talvez o ponto mais inovador da PNRS seja a inclusão das cooperativas de catadores na execução da política. A lei prevê preferência às cooperativas na contratação de serviços de coleta seletiva pelas prefeituras e de logística reversa pelas empresas. Espera-se que as cooperativas ganhem maior escala com a medida, o que lhes possibilitaria reduzir custos e remunerar melhor os catadores. (JAG)

Rio+20: o momentum se aproxima

Mudanças do clima, perdas de biodiversidade, insegurança internacional, pobreza, direitos humanos, desigualdades. Praticamente tudo que há de errado no mundo tem um lugar na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sus-

tentável, que será realizada no Rio de Janeiro, no ano que vem.

São problemas demais para os quais encaminhar propostas em apenas três dias – de 14 a 16 de maio de 2012 –, mas esta não é a melhor maneira de interpretar a próxima Cúpula da Terra, cujo processo de preparação se intensifica neste ano. A maior ambição que paira sobre o evento é a de criar *momentum* político e retomar a capacidade de pressão da sociedade e de movimentos socioambientais em todo o mundo, esmorecida desde o fim da Cúpula de Copenhague, em 2009.

Para isso, a Conferência conta com a poderosa simbologia de retornar ao lugar em que, 20 anos atrás, chefes de Estado concordaram em corrigir os rumos da humanidade, dando origem à Agenda 21 e às convenções sobre clima e diversidade biológica. A Rio-92 foi também a primeira reunião das Nações Unidas com participação direta da sociedade civil, cujo resultado foi um inédito holofote lançado sobre modos insustentáveis de produção e consumo por parte dos países ricos.

No melhor “espírito do Rio”, os principais objetivos da Conferência de 2012 são fazer um balanço e revalidar os compromissos assumidos até aqui. Em artigo publicado no site da BBC, Maurice Strong, ex-subsecretário-geral da ONU, escreveu: “Se

os governos tivessem implementado os tratados, convenções e declarações negociados desde Estocolmo (1972), nós estaríamos bem encaminhados na rota da sustentabilidade”.

Na frente mais pragmática, a Rio+20 propõe-se a consolidar o mapa do caminho para uma economia verde e inclusiva, percebida como fase de transição. Outro tema fundamental, e até aqui incipiente, diz respeito à governança, ou seja, de que normas e instituições o mundo precisa para monitorar essa trajetória. França e Brasil, por exemplo, defendem a criação de uma nova organização internacional dedicada ao desenvolvimento sustentável.

No Brasil, as articulações que se iniciaram no ano passado, com o encontro Diálogos Nacionais, seguem neste ano. Já estão previstos seminários regionais entre março e setembro, em Manaus, Belém, Recife, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba. Mais informações em dialogosnacionais.org.br. (CD)

Depois de Nagoya, a lição de casa

O espectro do pessimismo pode ter rondado Nagoya, mas não estacionou por lá. Considerada pelo MMA como uma das principais vitórias ambientais desde Kyoto, a aprovação do



FOTO: SBC/NU

Protocolo de ABS, agora Protocolo de Nagoya, trouxe fôlego para as áreas de pesquisa e desenvolvimento de produtos a partir da diversidade biológica brasileira.

O que os países esperam agora é a ratificação do protocolo pelos signatários. Depois disso, o dever de casa será aprovar uma legislação interna que vá de acordo com as diretrizes internacionais. Um projeto de lei com as principais resoluções de Nagoya está sendo elaborado pelo MMA e deve ser encaminhado à Casa Civil nos próximos meses. O documento deve substituir uma medida provisória que vigora desde 2001.

O protocolo ajuda a preencher uma lacuna jurídica que facilmente acabava classificando como biopirataria pesquisas de universidades ou atividades empresariais já estabelecidas no mercado, além de inviabilizar investimentos na área. “A MP 2.186/2001 dá margem a interpretações equivocadas, fato que pode trazer riscos ao investimento em pesquisa e desenvolvimento”, afirma Marcos Vaz, diretor de sustentabilidade da Natura.

As decisões de Nagoya poderão ainda incentivar uma série de ajustes da legislação

Segundo o Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios da Biodiversidade (ABS, na sigla em inglês), países detentores de recursos genéticos comercializados devem ser ressarcidos, assim como comunidades tradicionais associadas

relacionada a medicamentos no País. Para Sergio Panizza, presidente do Conselho Brasileiro de Fitoterapia, as várias diretrizes das agências regulatórias têm inviabilizado grande parte dos investimentos. Isso ocorreria em parte devido à ausência de controle direto do governo sobre a exploração e a produção dos insumos.

Para contornar o problema, o conselho defende a criação de uma empresa estatal com a função de controlar essas atividades, fornecendo ao mercado matéria-prima já certificada – o que diminuiria os custos – e administrando a relação com as comunidades beneficiadas. A proposta foi apresentada ao governo brasileiro e aguarda o início das negociações para implementação. **(ER)**

Contas nacionais: como substituir o PIB

Como medir desenvolvimento? Juntamente com a polêmica em torno do PIB como indicador de desempenho dos países, figura outra questão talvez ainda mais complicada: definir uma metodologia que consiga contemplar outras variáveis além da economia, alcançando dimensões mais abrangentes, como qualidade de vida, capital natural ou mesmo a própria felicidade humana.

Apesar de algumas tentativas, pelo menos por enquanto, nenhum novo modelo caiu nas graças da comunidade interna-

cional. Uma das maiores apostas, no entanto, surge no campo da biodiversidade, com o **Relatório Teeb**, lançado no ano passado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O Brasil saiu na frente e foi o primeiro país a manifestar interesse em adaptá-lo a sua realidade. O projeto do Teeb brasileiro será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Pnuma, e deve contar com a participação direta de Pavan Sukhdev, idealizador da versão original.

Os trabalhos já começaram e, com isso, pretende-se terminar o primeiro semestre com um levantamento de indicadores específicos já usados no Brasil, além de uma lista das instituições relacionadas ao tema. A próxima etapa será a realização de debates com governos, ONGs, empresas e sociedade civil e, em seguida, a definição das diretrizes mais técnicas.

A ideia é trabalhar em duas vertentes: uma governamental, que contemple aspectos mais gerais e relacionados às próprias políticas públicas, e outra relacionada a negócios, na qual se pretende incorporar a valoração da biodiversidade às atividades das

Traduzido como *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade*, o relatório atribui valores aos serviços da natureza e seus ativos, desenvolvendo ainda ferramentas para medi-los

empresas. Indústrias de mineração, papel e celulose, cosméticos, além de instituições financeiras, já demonstraram interesse em encampar o projeto. Parte do financiamento virá do MMA, à qual serão somadas ainda as contribuições do setor privado e de fundos internacionais.

Segundo Helena Pavese, do Pnuma, o Brasil ainda poderá contar com versões estaduais do projeto. É o caso de São Paulo, primeiro a manifestar interesse em incorporar a metodologia. As discussões foram paralisadas devido às eleições, mas devem ser retomadas nos próximos meses. **(ER)**

Transporte: navegar é preciso

É como reza o ditado “casa de ferreiro, espeto de pau”: o Brasil possui um dos maiores sistemas aquaviários do mundo, mas é em terra firme que desenvolveu sua principal malha de transporte. Apesar de contar com 12 bacias hidrográficas, a navegação interior (por meio de rios) transporta somente cerca de 1% da carga de produtos no Brasil, enquanto a **cabotagem** é responsável por apenas 12% do transporte.

Tipo de navegação que ocorre na costa marítima, ligando apenas portos nacionais. Se a navegação ocorrer entre dois portos fluviais, passa a se chamar navegação interior



FOTO: SBC.HU

A opção econômica feita pelo governo nas décadas de 1960/70, ao instituir o sistema rodoviário como prioritário, contribui para o congestionamento dos gargalos logísticos e o desgaste precoce das rodovias. O investimento em hidrovias pode equilibrar a distribuição, diminuir custos do frete – representa só 36% do valor do rodoviário – e contribuir para o clima, pois a emissão de CO₂ é menor em relação ao transporte terrestre. (Mais em http://intranet.gvces.com.br/cms/arquivos/recomendacoes_epc.pdf)

Como qualquer sistema de transporte, o aquaviário também apresenta riscos socioambientais associados a construção de portos, poluição das águas (caso haja acidentes) e alteração de sistemas ecológicos frágeis. Mas são danos inferiores aos dos transportes ferroviários, e bem menores que os dos rodoviários.

Se há vantagens, por que a subutilização? Primeiro, porque o planejamento sistêmico inexistiu por muitos anos. A falta de visão estratégica e do investimento em um sistema intermodal resultou em descaso com o sistema aquaviário. Também falta integração entre as políticas públicas no setor energético e de transporte, em especial no que tange aos projetos hidrelétricos, que criam barreiras à navegação interior de longa distância.

Há duas boas notícias. Uma é que o planejamento para o setor começou a ser feito por meio do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), do Ministério dos Transportes. Outra é o aumento dos recursos destinados ao setor no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os empreendimentos saíram de R\$ 1,2 bilhão, na primeira versão, para R\$ 2,7 bilhões no PAC-2. Contudo, para aumentar a navegabilidade de quase 7,5 mil quilômetros de rios no País, são necessários R\$ 8 bilhões, investimento capaz de reduzir em até 70% a emissão de CO₂. A previsão do PNLT é de que o sistema aquaviário passe a atender 29% do transporte de cargas até 2025. **(EBL)**

Oceanos: para olhar a fundo

Os oceanos podem ser considerados, hoje, doentes. Doentes que possuem a capacidade de se recuperar, mas que precisam de uma grande ajuda. O problema é que vivemos no planeta Terra e esquecemos do planeta água. “A percepção que o ser humano tem do meio marinho é muito limitada, porque somos animais essencialmente terrestres, e os nossos sentidos, como visão, audição, tato e olfato, são de valor limitado ou nulo no meio marinho”, esclarece o professor da Universidade Federal

O aumento das águas-vivas decorre da diminuição de seus competidores e de fatores como modificação de habitats marinhos e eutrofização

do Rio Grande (FURG), Jorge Castello. Com isso, deixamos de perceber muitos dos sinais de degradação dos oceanos.

Mas eles existem. Em várias partes do mundo, os sintomas se manifestam: queda nas populações de cardumes, de mamíferos marinhos e de bancos de corais; e aumento da quantidade de algas tóxicas, das **águas-vivas** e das **marés vermelhas**.

Entre as maiores causas da degradação está a grande quantidade de resíduos produzida pelo homem, que acaba despejada nos mares. Embora as origens dos impactos sejam locais, seus efeitos podem se tornar globais. Por isso, desde 1970, as nações buscam firmar pactos para resolver essas questões, que têm efeitos cumulativos ao longo do tempo. Os esforços, contudo, ainda são insuficientes.

A atenção dos gestores públicos está centrada especialmente no controle de riscos da exploração dos recursos minerais com valor econômico, como gás e petróleo. No Brasil, existem normas e leis relacionadas aos impactos

As marés vermelhas indicam o crescimento descontrolado de um determinado tipo de fitoplâncton, que afeta mortalmente seres marinhos e que se prolifera com o aumento da poluição nas regiões costeiras, devido ao lançamento de efluentes nitrogenados e a altas temperaturas

desses processos de extração, mas que precisam ser questionadas, revistas e aprimoradas periodicamente.

Não bastasse isso, os seres vivos são afetados pela sobrepesca. São poucas as espécies marinhas que contam com algum tipo de programa de proteção, e, na maioria das vezes, os investimentos são destinados aos “animais carismáticos”, como baleias e tartarugas. Os desgastes enfrentados pelos oceanos são reflexos de um sistema econômico e social que os percebe somente como fonte de recursos. Sinal disso pode ser a própria falta de **interesse** em estudá-los.

Os oceanos necessitam de um novo olhar. Eles são o maior sumidouro natural de carbono e têm um papel importante na regulação climática. A perda de biodiversidade e de qualidade ambiental nas regiões costeiras, responsáveis por impactos negativos nas atividades turísticas e na saúde da população, são amostras de que os oceanos já estão com suas funções comprometidas e, portanto, demandam atitudes imediatas, baseadas em educação e informação. **(EBL)** 

Concluído no final de 2010, o Censo da Vida Marinha descobriu mais de 1.200 novas espécies em mares e oceanos do planeta. O estudo foi o primeiro do tipo a fazer uma análise mais completa das espécies, categorizando desde microanimais até peixes e grandes mamíferos



FOTO: GALPAGES

Real imaginário

Originalmente moradores da floresta, os gondes são um grupo étnico da Índia Central que faz da arte uma forma de ligação espiritual com o Cosmos, mas também uma leitura muito prática da vida cotidiana. Natural que as árvores recheassem o imaginário e as interpretações da realidade desse povo, formado hoje por mais de 4 milhões de pessoas. Tradicionalmente, essas obras cobriam os pisos de barro e as paredes das casas. Os artistas atuais usam tela e papel. Publicado há pouco tempo no Brasil pela editora WMF Martins Fontes, o livro *A Vida Secreta das Árvores* contém reproduções em *silk screen* da obra de três dos principais representantes vivos da arte gonde – Bhajju Shyam, Durga Bai e Ram Singh Urveti. Este último é o autor da gravura que acompanha a história “O sonho do esquilo”:
Um esquilo estava em uma árvore, sonhando. Como seria bom transformar-se em algo que não fosse um esquilo! Em árvore? Mas aí os passarinhos pousariam nele... Em inseto, talvez? Não, os sapos o comeriam... Então em peixe! Para ser engolido por serpentes aquáticas? Não, pensou o esquilo. É melhor continuar sendo um esquilo numa árvore. — por Amália Safatle

PEC-FGV

OS ÚLTIMOS
ACONTECIMENTOS
DO MERCADO
CORPORATIVO,
DIRETO PARA
A SALA DE AULA.

GESTÃO PARA BAIXO CARBONO

PÚBLICO-ALVO

Gestores empresariais e públicos, imprensa e lideranças de organizações não governamentais e de movimentos sociais.

OBJETIVO

Apresentar os principais aspectos da Ciência, Política, Economia e Direito relacionados à gestão das emissões de gases de efeito estufa, com enfoque nos desafios e nas oportunidades gerados pelas mudanças climáticas globais e na necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento econômico de baixo carbono.

Início: 24/3/2011 - Término: 14/7/2011
Carga horária: 60 horas-aula
Dia da semana: 5ª feira
Horário: das 19h30 às 22h45

O PEC-FGV é o Programa de Educação Continuada para executivos interessados em aprimoramento profissional, *networking* e numa visão prática das ferramentas essenciais ao trabalho corporativo.

Veja o programa completo deste e de outros cursos no site do PEC-FGV.

PEC FGV
www.fgv.br/pec



Por trás
de uma
vida
existem
muitas
outras.

Pessoas são a maior riqueza da humanidade. Nos perguntamos todos os dias: Como cuidar de cada uma delas? No mundo todo, o cuidado com a vida é um dos nossos valores fundamentais. E, como descobridores, buscamos sempre novas formas de inovar. De ir além. Por isso, investimos em treinamento, saúde e segurança para que todos aqueles que fazem hoje a mineração do futuro trabalhem seguros. Porque a gente sabe que por trás de uma vida existem muitas outras.

Vale. Não existe futuro sem mineração. E não existe mineração sem pensar no futuro das pessoas.